



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 102 — SÃO PAULO, JANEIRO DE 1966

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

CAIXA POSTAL — 62 48

## Salazar Condenado nas Nações Unidas

A Assembléa Geral das Nações Unidas adotou, em 21 de dezembro último, pela expressiva maioria de 66 votos contra 26 e 15 abstenções, uma resolução na qual se solicita o rompimento, por parte de todos os países, das relações diplomáticas e comerciais com Portugal, tendo em vista a sua negativa em reconhecer o direito à independência de Angola, Moçambique e Guiné dita portuguesa. Pela referida resolução a Assembléa Geral recomenda aos aliados de Portugal, sobretudo a OTAN, a cessação do fornecimento de armas e outro material bélico ao governo português.

A mesma resolução reitera o direito das populações angolana, moçambicana e guineense à independência, condena a política colonialista portuguesa e pede aos Estados a adoção de medidas destinadas a impedir investimentos de capitais que possam vir a criar obstáculos à independência das colônias portuguesas.

Finalmente, solicita ao Conselho de Segurança a tramitação adequada das medidas especificadas em resoluções anteriores, tanto da Assembléa Geral como do próprio Conselho de Segurança.

Nesta, como nas inúmeras condenações já sofridas anteriormente pelo regime fascista e colonialista de Salazar, o Povo português, evidentemente, não está em causa. Na verdade, não é Portugal como país nem o seu povo como tal, que as Nações Unidas e a opinião pública mundial condenam, mas tão somente o governo salazarista e as ações que leva a efeito a coberto do nome de Portugal. De fato, nunca o Povo português poderia responder pelos crimes de um governo que não escolheu e que não reconhece. Isto é compreendido pelos outros povos incluindo os das colônias africanas de Portugal, cujos anseios de liberdade continuam sendo reprimidos pela força das armas.

Quando Portugal é excluído de organizações cujos objetivos se orientam no sentido do progresso material e social do homem, e do seu bem-estar, o Povo português não é de modo algum afetado, porque a sua presença nominal nessas organizações visa unicamente ludibriar a boa fé de alguns, fazendo-lhes crer que o governo salazarista também está interessado em seus altruísticos fins. Trata-se de um cínico estratagema destinado a confundir ao mesmo tempo e permitir aos agentes do salazarismo a defesa, no exterior, de alguns pontos-chave da sua propaganda. Estratagema já bastante conhecido e denunciado, aliás. Em Portugal, todos sabem que o governo nunca se orientou pelos princípios que regem tais organizações nem nunca esteve interessado na realização dos mesmos objetivos. Pelo contrário, reprime como crimes todas as iniciativas



OS QUE NÃO TERÃO NATAL

A foto representa a partida para Portugal de trabalhadores que, depois de procurarem em França as condições de vida que o fascismo não lhes proporcionou, voltam à Pátria para passar as festas com as famílias. Numa destas viagens dezenas de operários morreram, no passado dia 18, nas proximidades de Villar de los Alamos no choque violento do Sud Express com um trem de subúrbios.

## Pequenos Triunfos - Grande Vitória

Qualquer manual de estratégia nos ensina que uma vitória final só é possível graças à acumulação de muitas vitórias parciais. A vida política portuguesa, em que o fascismo tem beneficiado de tantos erros táticos das forças oposicionistas, vem apresentando, nos últimos tempos, vários exemplos de pequenas vitórias que são a perfeita ilustração desse axioma estratégico. Tão perfeita é essa ilustração que não podemos deixar de apontar esses triunfos, para deles extrairmos a devida lição.

Com efeito, Portugal tem assistido ao crescimento, lento mas seguro, das lutas dos trabalhadores que lhes têm permitido obter aumentos gerais de salários e outras vantagens profissionais, em várias categorias. O combate reivindicativo alastra e os exemplos dos últimos triunfos dos empregados bancários, dos jornalistas, dos portuários, dos marmoristas, dos empregados das companhias de seguros, dos textéis, dos operários corticeiros, têm animado outras categorias profissionais a lutar com maior vigor, impondo a sua vontade ao governo, apesar da repressão.

Nalgumas profissões liberais, como a advocacia, o combate, embora se trave noutro campo, que não é o das reivindicações salariais imediatas, nem por isso deixa de apresentar resultados menos exemplares e animadores. Também aqui a voz da resistência ao salazarismo é cada vez mais forte: nas últimas eleições dos quadros dirigentes da Ordem dos Advogados a vitória das hostes oposicionistas foi geral, do norte ao sul do país.

Também os escritores, depois da manifestação de altivez e de independência que foi a atribuição do maior prêmio português a um romancista angolano, que havia sido condenado por suas atividades anti-colonialistas, obtiveram novas vitórias ao conseguirem nas últimas reuniões internacionais da Comunidade Europeia de Escritores, realizada em Roma, e do Pen Clube Internacional, celebrada em Bled, a unânime condenação da política de terrorismo cultural que Salazar vem aplicando ao nosso país.

Estão ainda na memória de todos os combates travados e vencidos pelos corajosos estudantes portugueses, que conseguiram manter em desafio durante meses as forças repressivas do salazarismo.

Pequenos triunfos, grande vitória: conseguindo os primeiros, marcharemos com passo seguro para a segunda, se soubermos lutar e vencer como estão lutando e vencendo em Portugal os trabalhadores, os advogados, os escritores, os estudantes, unidos num combate que vem crescendo e só terminará com a morte do fascismo português.

Esta unidade de combate, que tem permitido tais vitórias no plano das reivindicações econômicas e sociais, é o corolário indispensável a uma união política para a qual a conjuntura portuguesa já se acha amadurecida. A situação nacional exige que as forças responsáveis se reúnam numa nova conferência em que os problemas do nosso país, sejam estudados à luz das condições criadas pelas vitórias parciais que apontamos e que conduzirão à vitória final.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

(Conclui na 6.ª pag.)

for. de-  
stas pe-  
Recco-  
m Afri-  
meiros  
landes-  
para Is-  
der tu-  
ado de  
mplar-  
maior  
m regi-  
ntes fi-  
a Ins-  
ndição  
os ale-  
to pro-  
ram-se  
rdadel-  
a má-  
— es.  
a hãm-  
do RI e  
ffile de  
mpress-  
insne-  
o ma-  
arando  
tas por  
ial que  
rante a  
aprova  
nuando  
avagens  
fados a  
u com-  
tem as  
o estilo  
prio co.  
s" PA-  
ção de  
ndo In-  
teendo  
ctica de  
O ca-  
Vicen-  
a neig  
reuniões  
das ex-  
q? 202  
e Mu-  
em ini-  
tal de  
no que  
mas  
anare-  
portu-  
a prin-  
stituída  
a avião.  
ta nu-  
as eff-  
ssacar  
ação é  
e por  
ária de  
no En-  
gistrado  
a to-  
conhe-  
demo-  
regados  
os como  
Existe  
de poll-  
em co-  
s ofei-  
vergo-  
res são;  
e Reia-  
res, Pe-  
PORTUGAL DEMOCRATICO  
R. Cons. Furtado, 191 - SP. Brasil

# Francisco Miguel Depõe Sobre A Repressão em Portugal

# Natal Trágico

Publicamos a seguir a segunda parte do depoimento do dirigente operário Francisco Miguel no inquérito realizado pela organização "Amnesty International", com sede em Londres.

os clássicos. Eça de Queiroz, Camões, Alves Redol, etc. não podiam entrar. Não podíamos ler jornais estrangeiros, mesmo reconhecidamente conservadores, como "Le Monde", etc. Os próprios jornais portugueses, todos censurados, ou são proibidos, ou são entregues ao preso que os paga, todos recortados e sem as notícias e as fotos que, no pensamento dos carcereiros, poderiam interessar mais ao preso. Não me era permitido ter comigo dois Atlas que possuía, impedindo-me, assim, de estudar geografia. Esses dois Atlas ainda devem estar hoje numa arrecadação do Forte de Peniche.

muitos anos na prisão, mesmo que antes tenham sido saudáveis, passam a ser doentes, devido à má alimentação, à dureza do regime, à falta de tratamento. Há mesmo muitos casos de doença gravíssimos.

ponto. Mas sei de anti-fascistas que foram postos em liberdade e a quem a PIDE continuava a perseguir, indo ter com os patrões que lhes tinham dado trabalho, impondo-lhes que os despedissem. Prejudicar os anti-fascistas na vida particular é um dos métodos da PIDE. E' com esse objectivo que têm tirado os diplomas a professores do ensino particular, e certas grandes empresas monopolistas não empregam qualquer pessoa conhecida como democrata sem parecer favorável da PIDE. Há cidadãos a quem o Ministro do Interior não permite que lhes seja passada carta de condução pelo facto de terem estado presos como anti-fascistas. Muitos democratas têm sido despedidos dos seus empregos por interferência directa da PIDE.

Noticiou a imprensa mundial um grave acidente ferroviário ocorrido com o expresso Paris-Lisboa às vésperas do último Natal. O primeiro balanço da catástrofe indicava 91 vítimas das quais 21 pereceram. Quem viajava no expresso? — Informam os despachos telegráficos: o trem "seguiu repleto de trabalhadores portugueses que iam passar o fim do ano junto das famílias", o que significa que a grande maioria das vítimas eram também compatriotas nossos que à França foram vender a sua força de trabalho em troca do sustento para suas famílias e quiçá de um modesto futuro bem-estar. Coisas, enfim, que para eles em Portugal, estariam para lá de toda a esperança.

**P — Que comida lhe serviam?**  
R — No Aljube de Lisboa, durante muitos anos o rancho para os presos vinha da cadeia do Limoeiro. Ao almoço davam apenas sopa, pessimamente confeccionada. Ao jantar, às 16,30, era sopa e um prato, variável, mas não da pior qualidade, mal confeccionado e geralmente já frio. O café emboracava-se do Limoeiro pela manhã, só o davam a noite. De café só tinha o narve. O pão era fabricado na cadeia do "Forte Moasanto". Era de pessima qualidade.

**P — Tinham que realizar algum trabalho?**  
R — Sim. No Campo de Concentração do Tarrafal eramos obrigados a trabalhar. Durante muito tempo eu, apesar de ser fraco, e o Dr. Alberto de Araujo, apesar de já ter estado tuberculoso no sanatório da Guarda, trabalhamos na pedreira, arrancando e transportando pedra. O Dr. Alberto de Araujo não mais teve saúde e veio a falecer em Março de 1955.

**P — Podia escrever ou receber correspondência?**

R — Segundo o artigo 318 da "Reforma Prisional", lei em que se baseia o regulamento prisional, "os detidos e os presos políticos podem corresponder-se livremente com quem desejarem".

Entretanto, aos presos políticos só é permitido escrever a parentes até ao terceiro grau. Eu, que sempre tive pouca correspondência, fui proibido de escrever ao meu sobrinho. Esta decisão da PIDE foi-me comunicada em 6 de Abril de 1961, na prisão do Forte de Caxias. Foi-me dito que "os tios presos não podiam escrever a sobrinhos". Esta proibição, mais que arbitraria, foi-me imposta sem qualquer justificação ou pretexto e numa altura em que o meu sobrinho estava hospitalizado e ia ser sujeito a uma operação cirúrgica perigosa em que podia morrer.

**P — "Outros detalhes importantes?"**

R — Para mais completa informação de como são tratados os presos políticos em Portugal referirei ainda alguns factos verificados comigo, os quais, não sendo únicos, mostram até que ponto no regime de Salazar predomina a arbitrariedade e a ausência de justiça.

Esta tragédia ilustra aspectos importantes duma realidade que nunca será por demais lembrada: o trabalhador português, acossado pela miséria, oprimido politicamente e economicamente espoliado, vende tudo o que possui a troco de quase nada, faz a trouxa e embrenha-se feito gado pelos aulhos de Espanha. Deixa a família, o lar e as dívidas contraídas para pagar ao traficante que o enganou.

No Forte de Peniche: o Café era dado pela manhã, o almoço ao meio dia e o jantar às 17 horas. O rancho era confeccionado por presos de delito comum ou por militares, sob a direcção dos carcereiros. Era igualmente mau, porque os géneros eram sempre dos mais baratos e de inferior qualidade, mesmo quando as respectivas facturas diziam que eram de primeira.

**P — Que genero de trabalho?**

R — Trabalhos que tinham o unico objetivo de ocupar o tempo e arruinar a saúde dos presos. Raramente o trabalho imposto correspondia à profissão do preso. Muitas vezes abrimos valas que voltavamos a tapar, ou construimos muros de pedra solta onde eles não eram necessarios para nada.

No Forte de Peniche só nos era permitido escrever duas vezes por semana duas cartas de cada vez com uma só folha de papel cada carta. Portanto, também no respeitante à correspondência, procediam ilegalmente.

Em 18 de Maio de 1940 fui julgado pelo Tribunal Militar Especial, e condenado em 24 meses de prisão correcional, o maximo que a lei permitia. Mas no mês seguinte fui levado para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde permaneci até principios de 1945. Isto é, estive preso, dessa vez, quatro anos e meio a mais da pena a que fora condenado.

Mal habilitado profissionalmente de uma maneira geral e não ser no manejo da enxada, chegado à França vai fazer o que os seus colegas franceses dificilmente aceitam: serviços árduos, insalubres, perigosos e mal remunerados. País industrializado e de solo fértil, a França deu à sua classe operária e aos seus camponeses condições de vida que, na sua relatividade, são contudo insuspeitadas para a grande massa das populações que vivem do outro lado dos Pirenéus.

O problema da alimentação no Forte de Peniche foi muitas vezes motivo de reclamações e de sérios protestos dos presos. Não havia dietas para doentes mesmo que o medico a tivesse prescrito.

No Forte de Caxias e no Forte de Peniche, até agora, apenas nos têm sido impostos os chamados trabalhos de quartel: limpeza, descasque de batata, etc.

**P — Podia receber visitas?**

R — Aos presos políticos só é permitido receber visitas (pelo critério arbitrário da PIDE) de parentes até ao terceiro grau. Nem mesmo o meu sobrinho me podia visitar. Só era visitado pelo meu advogado quando por razões jurídicas era necessaria. Primeiros em La graú pediram para me visitar e não foram autorizados.

Comigo estiveram no Tarrafal, Manuel Rodrigues da Silva que passou lá 9 anos e 4 meses, sem ter sido julgado e muitos outros que nem sequer tinham culpa formada.

Mal habilitado profissionalmente de uma maneira geral e não ser no manejo da enxada, chegado à França vai fazer o que os seus colegas franceses dificilmente aceitam: serviços árduos, insalubres, perigosos e mal remunerados. País industrializado e de solo fértil, a França deu à sua classe operária e aos seus camponeses condições de vida que, na sua relatividade, são contudo insuspeitadas para a grande massa das populações que vivem do outro lado dos Pirenéus.

**P — São autorizados a conservar objetos de uso pessoal?**

R — Em geral não. No Tarrafal nem a roupa nem os livros estavam em nosso poder. Muitos de nós perdemos fatos novos por nem sequer nos terem permitido cuidar deles. Em Peniche também não nos era permitido ter nada conosco.

**P — Eram applicados castigos?**

R — Sim. No meu caso, além do isolamento a que estive sujeito durante longos periodos, sem qualquer justificação ou pretexto (no Porto estive oito meses numa cela isolada e pessimamente alimentado; no Tarrafal estive os ultimos seis meses só) sofri muitos castigos e fui agredido muitas vezes.

As visitas no Forte de Caxias, no Forte de Peniche, no Aljube e nas prisões da PIDE no Porto, são dadas duas vezes por semana e em condições que o preso fica separado da visita por duas chapas de vidro ou materia plastica que pouco deixa ouvir e com o guarda entre o preso e a visita. Qualquer palavra que o preso diga referente à sua situação ou referente à prisão é motivo para corte imediato da visita e mesmo para castigo.

Em 1957, quando eu já tinha dez anos de prisão continua e quando já tinha cumprido toda a pena a que havia sido condenado em Agosto de 1948, foi-me organizado um novo processo em que era acusado de pretender derrubar o governo (1) e de ter organizado células comunistas na prisão de Caxias em 1953. E' evidente que eu não podia derrubar o governo estauado preso, e não podia organizar células comunistas na prisão de Caxias, em 1953, porque, nessa data, estava no Campo de Concentração do Tarrafal de onde só saí em 1954. E contudo, o Tribunal Plenario de Lisboa condenou-me em cinco anos meio e "medidas de segurança". Isto é, o Tribunal fez o que a policia lhe mandou.

Encontram-nos em abundância, o tráfico é instalado e progride rapidamente; assim começa o êxodo do povo português rumo à França. Em sua grande maioria saí dos campos, mas as levas são compostas e algumas chegam a incluir guardas de policia e da GNR que — quem sabe! — deixam as mulheres e o cuidado de converter cada uniforme num precioso terno domingueiro que deverá ser enviado mais tarde por um contrabandista que se meta pelos mesmos caminhos.

**P — Tinham livros, papel e canetas?**

R — Em geral não. No Tarrafal era-nos expressamente proibido ter em nosso poder qualquer papel. Mesmo papel higienico não podiamos comprar. Não podiamos ter um simples bocado de jornal. Ter uma ponta de lapis seria motivo para 40 ou 60 dias de cela disciplinar a pão e agua em dias alternados, ou mesmo espancamento. Saú Gonçalves, da vila de Peniche, foi uma vez espancado na secretaria por ter dito que ele tinha apanhado em qualquer parte uma folha de jornal velho, o que nem sequer era verdadeiro. Saú da secretaria para a enfermaria em braços e sem sentidos.

**P — Porquê?**

R — No caso dos presos políticos os castigos não são motivados por indisciplina nem visam disciplinar. Os carcereiros provocam e castigam o preso politico para o prejudicar e lhe fazerem sentir mais a prisão; é uma forma de tentar desmoralizar o preso, de o cansar. Daí o absurdo de muitos pretextos de castigos. O sistema prisional português a que estão sujeitos os presos políticos é muito difícil de descrever neste aspecto. Por exemplo, aos presos de delito comum que estavam no Forte de Peniche, rigorosamente separados dos presos políticos, era permitido beber vinho, ter radio, etc. Aos presos políticos tais regalias eram negadas.

**P — Podiam receber encomendas?**

R — Os familiares, algumas vezes. No meu caso nunca. Quando algumas pessoas amigas me enviavam um volume com varias peças de roupa: calças, camisas, etc., esse volume não me foi entregue e ficou na cadeia do Aljube. Uma vez detiveram durante algumas horas (soube-o muito depois) uma senhora que no Aljube entregou um lanche para mim. A detenção tinha apenas em vista que nada me fosse enviado. Mas não se tratava de procedimento excepcional: é assim em todos os casos.

Por experiência pessoal sei, pois, de que violências e brutalidades é capaz a policia salazarista. Mas sei também que, apesar dessas violências e brutalidades, esta policia não tem meios para fazer ajar os que estão verdadeiramente dispostos a servir a causa da libertação do povo. Da última vez que fui preso, em 23 de Julho de 1960, recusou-me terminantemente a ser fotografado, para que a policia não utilizasse essa fotografia para tentar descobrir onde eu tinha residido.

Encontram-nos em abundância, o tráfico é instalado e progride rapidamente; assim começa o êxodo do povo português rumo à França. Em sua grande maioria saí dos campos, mas as levas são compostas e algumas chegam a incluir guardas de policia e da GNR que — quem sabe! — deixam as mulheres e o cuidado de converter cada uniforme num precioso terno domingueiro que deverá ser enviado mais tarde por um contrabandista que se meta pelos mesmos caminhos. E dessas tarefas humildes e rudes que vão desempenhar nascem modestas economias. Chego o Natal e as saudades levam os emigrantes melhor afortunados de volta à sua terra, para curta visita. Agora viajam regularmente, com a documentação já em ordem. No expresso, por que é mais rápido, embora haja trem mais económico, assim, fazo mais uma jorna e ao partir terão a sensação de que a família está mais próxima. Partem desmentindo, sem terem consciência disso, uma tese que os envolve: a de sua frugalidade. Ao apodo respondem com toda a simplicidade comprando passagem pelo expresso.

Quando, de 40 em 40 dias era nos permitido escrever à familia um maximo de duas cartas com uma só folha de papel cada uma, eram-nos distribuidos lapis, que tinhamos de devolver, e as duas folhas de papel e os dois envelopes que tivessem sido requisitados. Todo o papel era dos presos, mas estava na posse dos carcereiros, que no caso nem respeitavam o direito de propriedade. Algumas vezes venderam na sua cantina papel que era dos presos. Não tinhamos em nosso poder o dinheiro que recebiamos das familias. Esse dinheiro ficava na posse dos carcereiros e davam-nos o equivalente em cedulas da propria prisão. Assim, mesmo quando compravamos fruta às mulheres que a iam vender à porta do campo, não o podiamos fazer directamente. Era por intermedio dos carcereiros que se faziam as compras e o respectivo pagamento.

**P — Recorrem à força na prisão? ou na sede da PIDE?**

R — Sim. Várias vezes e em todas as prisões em que estive foi usada a força contra mim. Em Outubro de 1954, no Forte de Caxias, eu e varios dos meus companheiros fomos agredidos. Para protestarmos contra essa agressão fizemos a greve da fome durante 14 dias.

**P — Podiam fazer exercicio?**

R — Não. No Forte de Peniche, por exemplo, estive ameaçado de ser castigado por, no passeio, fazer um simples movimento com os braços. Para se tirar a camisa para apanhar um pouco de Sol era preciso prescrição especial do medico, que muitas vezes a recusava. O passeio no Forte de Caxias era de 25 minutos e não todos os dias. No Aljube de Lisboa não há recreio. Contudo, passei lá periodos de dois anos e outros presos estiveram lá ainda mais tempo.

E essa policia, tão violenta e tão barbara, essa policia que se considerava um Estado dentro do Estado, não teve meios, nem "artes", para me obrigar a consentir em ser fotografado. Teve que verificar que, finalmente, era impotente perante a minha decisão.

Na fronteira, os sicários da PIDE vão matando o tédio como podem enquanto não chegam o momento de farejarem a boisa do farnel de cada um, à cata de papéis proibidos. Vão aguçando os fuchinhos para cheirarem até as idéias que passarão de contrabando na cabeça dos passageiros. Mas nesse dia serão frustrados: Mesmo os que chegarem trarão suas idéias demasiado dispersas para poderem sofrer qualquer análise. Tê-las-ão porventura deixado junto dos companheiros mortos. Em sua homenagem precisamos fazer uma retificação, esses homens que em busca da sua terra encontraram a morte não foram tão seduzidos pelas maravilhas da França, segredadas ao ouvido pelos enganadores, como expellidos da sua Pátria pelas pressões económicas e políticas, obra de um regime que domina e pratica todas as formas conhecidas de violência, inclusive a da fome.

Nas prisões do continente, Aljube, Forte de Caxias, Forte de Peniche prisões da PIDE no Porto, o regime pode variar em quaisquer detalhes, mas em geral o preso não tem em seu poder muitos livros. Em Peniche, por exemplo, mesmo

Quem, como eu, já passou mais de 20 anos nas prisões fascistas de Salazar tem dificuldade em compreender por que razão se lhe pergunta se os carcereiros e a PIDE usaram da força. Porque o uso da força a brutalidade, a violência é inerente ao proprio fascismo. E o regime de Salazar é uma ditadura fascista.

**P — Conhecia o plano da prisão em que esteve encerrado?**

R — Conheço parcialmente, porque não é possível ser totalmente desconhecido. Mas os carcereiros têm o cuidado expresso de dificultar que o preso conheça a planta da prisão. E quando o preso é transferido de cadeia nunca lhe é dito para onde vai. Dez minutos antes de sair é lhe dito pelo guarda simplesmente: "prepare as suas coisas para abandonar a cadeia".

**OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE**  
(hora de Portugal)  
Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS**

**P — Havia muitos doentes?**  
R — Sim. Havia muitos doentes. Em geral, as pessoas que passam

**P — Que pressões sociais ou administrativas sofreu após sua libertação?**  
O meu caso não é o que melhor pode mostrar a realidade, neste

Repe Mog caso Todos história pológico balhou e de curso que este nenhum solo. M. tencido fmitiva petroleo regiões. partida ra felicia desgl trolifera tuborna Pois e sson'ec mesmo. lailão a tódas au go a I gão de na mai do distr panhia. bolar o s'onom priou-s Mr. Li rou ao não po re entr ra aqu Aconte de a f De for ticoi truir o rompet campos que er lomei intão, press: Paul F ção de tróleo, logo, c (b'vio) quanti Depu da na no bol tração de Sa deelar não l existê tural. Un Bo Kr. canhi ções" Hitl hratu eveni rem tar l pé di ção da p aperi lioni gami men e a é la paci disp ca" nos. H. fabr spei ang mar tom alto se- que ceb a g bas cen de- pói tra qu mi A oos déa arr na sin má pr

# Novas e comentários

## Repete-se em Moçambique o caso de Mr. Link

Todos os brasileiros conhecem a história do famigerado Mr. Link, o geólogo americano que aqui trabalhou alguns meses, pago a peso de ouro pelo Brasil, para provar que este país não podia, de forma nenhuma, ter petróleo no seu subsolo. Mr. Link fez prospeções, sobretudo no Nordeste, e mostrou definitiva e irretorquivelmente que o petróleo não podia existir nessas regiões, onde meses depois da sua partida ele jorrou em borbotões para a felicidade dos brasileiros e grande desgosto das companhias petrolíferas estrangeiras, que haviam subornado o eminente geólogo.

Pois em Moçambique está a acontecer agora precisamente o mesmo. O governo de Salazar, no leilão a que está procedendo de terras as riquezas nacionais, entregou à Mozambican Gulf Oil a região de Pandé, perto de Mambone, na margem sul do Save, a norte do distrito de Isambane. Essa companhia, interessada apenas em sabotar os esforços de independência econômica de Moçambique, aproveitou-se da concessão e, tal como Mr. Link fizera no Brasil, declarou ao mundo que naquelas regiões não podia haver petróleo. Acontece entretanto que o petróleo lá para aquelas bandas é abundante. Acontece também, ali como em toda a parte, que ele é inflamável. De forma que em novembro aconteceu um acidente que veio destruir os planos da companhia: irrompeu um grande incêndio nos campos de prospeção. Tão grande que era visível a mais de 100 quilômetros de distância. A Gulf Oil, então, teve que mandar vir às pressas dos Estados Unidos Mr. Paul Red Adair, técnico em extinção de incêndios em poços de petróleo, que está tentando apagar o fogo, confirmando assim o que era óbvio — a existência de grande quantidade de petróleo em Pandé.

Depois disto, entretanto, confiante na impunidade e certa de ter no bolso do colete esse governo de traição nacional que é o gabinete de Salazar, a Gulf Oil continua declarando que em Moçambique não há petróleo: agora admite a existência de um pouco de gás natural...

## Uma Fatia do Bolo para Krupp

Krupp, "a família que fabrica canhões há não sei quantas gerações" que armou o Kaiser em 1914, Hitler em 1939, que vende armas a brancos para matar negros e eventualmente a negros (se pagarem muito, muito bem) para matar brancos, entrou agora com o pé direito em Angola. Alfred Krupp deslocou-se pessoalmente a Luanda para mostrar a importância da operação que vai realizar nessa colônia. "É a primeira vez que a organização Krupp realiza investimentos em territórios portugueses e a grandeza do empreendimento é tal que, por agora, absorve a capacidade técnico-financeira de que dispomos para esta região, da África" — declarou aos jornais angolanos.

Herr Krupp não vai para Angola fabricar armas, é claro, pretende apenas explorar as minas de Cassinga, contando enviar para a Alemanha em 1967 cinco milhões de toneladas de minério de ferro de alto teor. Não quer também — disse — explorar o petróleo e o ouro que existem na concessão que recebeu. "Por agora — prosseguiu — a grandeza das reservas de ferro é bastante para exigir toda a concentração de meios e capacidade de execução nesse empreendimento, pois os estudos realizados demonstram que esses recursos excedem quanto anteriormente fora determinado."

Ainda estão na memória de todos os feitos dos heróis de Kionga, Jêssos, que lutaram em Africa, de armas na mão, contra os alemães, na guerra de 1914, escrevendo assim uma das páginas mais sérias e mais dignas de respeito da nossa presença ultramarina. Salazar,

porém não hesita, quando se trata de abafar os legítimos anseios dos povos angolanos, em desrespeitar a memória desse valente, aliando-se ao inimigo de ontem e vendendo-lhe ao desbarato, a preço baixo, em liquidação, um patrimônio que nem sequer lhe pertence.

O caso de Krupp, embora mais chocante (os tribunais de desnazificação haviam-lhe retirado, dada a sua notória colaboração com Hitler, a direção dos negócios) não é o primeiro: outras grandes organizações alemãs já haviam recebido a sua parte no bolo. Até quando durará esta venda das colônias a quem mais der?

## Triste País de uma nota só

Portugal, sob o fascismo, é o triste país de uma nota só: um só Partido, um só dirigente há quase quarenta anos, uma só política, teimosa, retrógrada, levando o país à ruína e ao isolamento internacional.

Também na vida quotidiana esta situação se verifica: a televisão nacional possui um canal só, que transmite meia dúzia de horas por dia os programas que o fascismo quer, completando a tarefa de intoxicação da opinião pública levada a cabo pela imprensa amordaçada e pela tristemente famosa Emissora Nacional. Para poder assistir aos programas deste canal, pagam todos os portugueses, felizes possuidores de aparelhos de televisão, uma taxa de 30 escudos por mês (cerca de 2.300 cruzeiros!). A televisão e o rádio interrompem com frequência os programas para recordar que "estão à cobrança os recibos de radiodifusão e de televisão, cujos números terminam em..." E aí de quem se atraz: deixará de poder ver no pequeno ecran do único canal a carranca do Presidente do Conselho, lembrando à nação quanto lhe deve, e "quão grande é o seu sacrifício permanecendo no poder".

Assim mesmo, aqueles que pagam os tais 2.300 cruzeiros mensais, gostariam de tirar um lucrozinho desse dinheiro, aproveitando os intervalos das arengas governamentais para assistir a um filme de cowboys, a um Sporting-Benfica, ou aos bailados do Verde Gaio. Nem sempre porém o podem fazer: as queixas são frequentes, quanto à péssima qualidade técnica das transmissões desse canal: "uma espécie de chuva, seguida de riscos, duplicações de imagens etc.", tornam a emissão incapaz, muitas vezes a meio de um número de programas que os assinantes estão vendo. Não se trata de avarias fortuitas. O que se está dando, verifica-se há muito tempo e esta nota representa o depoimento de muitos assinantes lesados por este estado de coisas.

Isto escrevia há dias, o Diário do Alentejo, refletindo as queixas dos seus leitores. O que fazer, colegas alentejanos, para melhorar este estado de coisas? Aqui de longe, e sem sermos técnicos em televisão, parece-nos que só existe uma solução para esse problema: trabalhar e lutar para que Portugal deixe de ser o país de uma nota só, não apenas na televisão como na vida pública, amigos.

## Unidade Nacional e Bilhete de Identidade

Portugal é uma nação única, desde o Minho a Timor, passando por Angola e Moçambique, apregõem os próceres do salazarismo. A unidade nacional é um fato incontestável-repetem. Estas afirmações, porém, são tão evidentemente falsas que as próprias organizações oficiais recusam acreditar nelas. No passado mês de outubro um cidadão da Póvoa do Varzim sentiu no próprio bolso a desfasegem entre as declarações do governo, para americano ver, e a realidade dos fatos: tendo vivido muito tempo em Lourenço Marques, o poverão regressou à Metrópole e, pretendendo casar-se, apresentou ao Registro Civil o bilhete de identidade

que tirara na Africa, e que era válido até 1967. Aquela repartição, pelo visto, não liga muita importância às declarações salazaristas da "unidade nacional": o documento moçambicano foi recusado e o nosso poverão não teve outro recurso senão tirar outro, "bem português". Como poderão os membros da Assembleia Geral da ONU acreditar na ficção da "unidade do mundo lusitano" que o Ministro Franco Nogueira, desperdiçando votos que mereciam melhor aplicação, tenta fazer-lhes engolir se a organização oficial do Estado salazarista também a não aceita?

## Portugal e os Escritores Europeus

Realizou-se em Roma, de 4 a 10 de Outubro, o Congresso da Comunidade Europeia de Escritores, com a participação de cerca de 250 dos escritores mais representativos da Europa, contando-se entre os presentes, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Nadeau, Simonov, Tverjovski, Alberti, Astúrias, Carlo Levi, etc. A delegação portuguesa era constituída por Francisco de Sousa Tavares Jorge Reis, José Augusto França, Luis Francisco Rebelo, Sofia Mello Breyner Andresen, e Urbano Tavares Rodrigues. O tema do Congresso eram "As vanguardas europeias de ontem e de hoje". Jean-Paul Sartre apresentou no primeiro dia a sua comunicação tendo declarado "que, hoje, só nos países sub-desenvolvidos ou em luta pela sua libertação, é possível o aparecimento de uma autêntica vanguarda literária". A afirmação de Sartre foi amplamente documentada no terceiro dia do Congresso pela voz de Jorge Reis em nome da delegação portuguesa. O autor de "Mata-vós uns aos outros", prêmio Camilo Castelo Branco, começou por afirmar que em Portugal e Colônias havia escritores de vanguarda, mas que nestes territórios a vanguarda levava à cadeia, exemplificando com a longa série de perseguições do regime salazarista aos escritores portugueses, e terminando a sua exposição com os casos mais recentes, como a extinção e depreciação da Sociedade Portuguesa de Escritores, a prisão dos membros do júri do Prémio Camilo Castelo Branco, como Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, o caso Luandino Vieira, etc. A exposição de Jorge Reis terminou com a sala de pé, aplaudindo um autêntico representante da actual literatura de vanguarda. Os jornais italianos no dia seguinte apareceram com títulos, como "Liberdade para os escritores portugueses", "Finalmente a nova vanguarda fala", "Dramática denúncia da situação dos escritores portugueses".

## O EMIGRADO

Saiu em Bruxelas, sob a responsabilidade do editor W. Bossier o n.º 3 (correspondente ao mês de novembro de 1965), do boletim O Emigrado. Neste número podemos ler um Editorial, seguido dos seguintes artigos: Foi a PIDE quem assassinou o General Humberto Delgado. Quem era o General Humberto



Delgado? As "eleições" para deputados. A chave de ouro de um ano de repressão. Crónicas da nossa terra e A resposta a um requerimento é dada dezoito anos depois! Finalmente, uma página com poesias de Sofia Mello Breyner Andresen, e uma página de Notícias. Este boletim é uma interessante iniciativa da Associação "O emigrado" que congrega os democratas portugueses de Bruxelas.

# Rumo a Vitória A Situação das Classes Trabalhadoras-II

Reiniciamos neste número a publicação de Rumo a Vitória notável depoimento sobre a Conjuntura Política e Económica Portuguesa:

Ao longo dos anos, o governo fascista, a mando do capital financeiro tem seguido uma política de "congelamento dos salários". O governo proíbe por vezes os aumentos que alguns patrões se mostram decididos a dar e fabrica com laçoios que coloca à frente dos Sindicatos Nacionais, contratos coletivos que ajustam apenas oficialmente os salários a um nível há muito atingido de facto. Por vezes, várias empresas industriais do mesmo ramo, seguindo o exemplo de acordos patronais em relação a operários agrícolas deslocados, formam "associações" para "uniformizarem os salários" no nível mais baixo e comprometem-se a não admitir operários despedidos das firmas associadas. Quando os trabalhadores exigem melhores salários, o patronato, o Instituto Nacional do Trabalho, os fascistas dirigentes dos Sindicatos e a PIDE, todos em conjunto com promessas, recusas, ameaças, manobras, perseguições e brutalidades, procuram sufocar a luta e recusar o aumento pedido. Nos campos do sul, os agrários e as autoridades fascistas procuram com trabalhadores vindos das regiões politicamente mais atrasadas, fazer frente aos poderosos movimentos reivindicativos por melhores jornadas. Para justificar uma tal política usam todos os argumentos. Dizem que, se os salários sobem, os preços subirão igualmente, se entra num "ciclo infernal" e a inflação será inevitável. Dizem que, para os operários da indústria ou da agricultura poderem receber mais do patronato, têm de produzir mais para este.

Dizem, repetindo Salazar, que "os interesses patronais e operários são, no final, coincidentes e não contraditórios" (entrevista ao "Figaro", e "D. Notícias", 6-9-58), querendo com isso significar que, a bem ou a mal, os operários têm de se submeter aos interesses patronais. Esta é a norma fundamental da legislação social fascista.

Para que se pudesse verificar um aumento geral de salários, bastaria que os grandes monopólios e os grandes capitalistas da agricultura reduzissem os seus fabulosos lucros. Mas eles não querem ouvir falar em reduzir os lucros. Eles querem, ao contrário, aumentá-los. E exigem, por isso, que os operários produzam mais e mais, prometendo dar-lhes uma migalha por cada grande bolo que metam na algibeira dos patrões.

Os preços sobem sempre e os salários só sobem quando o proletariado industrial e rural força pela luta o patronato a dar o aumento. Os salários sobem sempre com atraso em relação ao aumento do custo de vida. Se não fosse essa luta constante pelo aumento de salários é difícil imaginar a que extremos de miséria a burguesia haveria já reduzido os trabalhadores. Apesar porém dessa luta e das grandes vitórias por ela alcançadas tanto pelo proletariado industrial como pelo proletariado rural, a burguesia e o seu governo fascista têm conseguido piorar progressivamente a já difícil situação de quem trabalha. Os salários nominais têm subido, é certo. Aquilo porém que se pode comprar com a fêria é cada vez menos.

Impossível é hoje calcular com segurança na base das estatísticas oficiais, a evolução do nível de vida. Índices de salários e de preços são grosseiramente falsificados. Se, por exemplo, as estatísticas de I.N.E. acusam dum ano para outro aumento dos preços dos produtos alimentares, das matérias-primas, dos combustíveis, dos produtos da indústria química, dos produtos manufacturados, mas, porque desceram uns tantos pontos os preços das bebidas e dos tabacos, concluem pela descida geral dos preços, — como se podem tomar tais resultados como base séria para quaisquer conclusões? Os números das estatísticas de Salazar não servem para comer nem para vestir.

Tirando certos sectores muito restritos da "aristocracia operária",

o conjunto da classe operária come hoje pior, veste pior, tem casa pior vive pior sob todos os aspectos, que vinte ou trinta anos atrás.

Consome-se mais batata, dizem os fascistas. É verdade. Mas o aumento do consumo de batata, diminuindo o de alimentos mais ricos, é índice de pioria e não de melhoria da situação dos trabalhadores. Come-se mais batata. Mas come-se cada vez menos peixe e menos carne. Em Lisboa, nos primeiros dez anos de ditadura o consumo médio anual por habitante, de carne de vaca foi de 11 quilos; em 1955-59 apenas de sete quilos. No Porto passou respectivamente de vinte para treze quilos. Considerando o conjunto da carne de vaca, de carneiro, de porco e de cavalo, as capitações do consumo nos mesmos anos passaram em Lisboa de 20 para 13 quilos e no Porto de 23 para 17 quilos.

Bem pode dizer o fascista Cardal Cerejeira "a grande fome do homem actual é uma fome metafísica". Hoje em Portugal há misérias a mais e pão a menos. Com uma capitação média de 2.500 calorias, estamos no fundo da escala europeia. Em Portugal passa-se fome e muita fome.

E para viver não basta comer. É necessário ter uma casa onde habitar roupa que vestir e satisfazer muitas outras necessidades de ordem material e cultural. Os salários actuais para nada chegam. O ideal do capitalismo é pagar a força de trabalho pelo seu valor, isto é, assegurar aos trabalhadores um nível mínimo de vida que permita conservarem as condições para trabalharem segundo as exigências da economia no estado actual de desenvolvimento. Mas a verdade é que a força de trabalho está em Portugal a ser paga abaixo do valor. Isto é: os salários actuais não chegam para comer, vestir, calçar, tratar da saúde, ter uma habitação, educar-se ao nível exigido pelo próprio processo da produção.

Constroi-se muito, dizem os fascistas. A verdade é que se constroem pouco e caro. A política de habitação é, como toda política fascista, dominada pela preocupação de assegurar os mais altos lucros aos capitalistas e os mais altos réditos ao Estado. Atiram-se abaixo prédios de boa construção para vender o terreno a preço superior ao do próprio prédio. O preço dos terrenos limpos prédios de alto rendimento. A política de construção de habitação é a política dos prédios novos e luxuosos para a burguesia, a das rendas caras que assegurem aos capitalistas altos juros dos seus capitais. Os Delfim Ferreira, os Vieira de Brito, os grandes banqueiros e industriais, tornam-se grandes proprietários de prédios urbanos em que investem centenas de milhares de contos. As rendas nas maiores cidades sobem a mais que o salário mensal de um operário português. E entretanto apesar do peso, no conjunto do país, de Lisboa e outras cidades, 70 em cada 100 habitações não têm electricidade e 86 em cada 100 não têm água canalizada. As famílias amontoam-se em quartos e partes de casa, ou refugiam-se em barracas, furnas ou casebres. Os "bairros de lata" e as "ilhas" arrasados nas zonas centrais das cidades para não indisporem a burguesia com o mau aspecto e o mau cheiro, renascem ainda mais miseráveis nas zonas periféricas.

Uma forma de diminuir o salário da classe operária consiste no emprego crescente de mulheres, jovens e crianças. O trabalho feminino sobe já a um quarto de toda a mão de obra e os salários da mulher são de 15 a 40% inferiores aos salários dos homens. Os jovens trabalham como homens, ganham consideravelmente menos, são mantidos ilegalmente por tempo indeterminado na categoria de aprendizes, de praticantes, de ajudantes e outras, ou são despedidos quando se torna difícil continuar a explicar a não promoção. O trabalho infantil continua a alargar-se na indústria, dando lugar a inqualificáveis abusos e extorsões.

A diminuição dos salários não é porém a única forma pela qual os capitalistas procuram aumentar os seus lucros.

# O Primeiro Encontro de «Escritores» Portugueses

Transcrevemos da Tribuna de Santos integralmente e com a devida vénia, a excelente reportagem do escritor Pitta Simões sobre o chamado 1.º Encontro dos escritores Portugueses, realizado no Porto entre 7 e 9 de outubro. Esta reportagem, arrazadora na sua objetividade, não precisa de quaisquer comentários: basta contar como decorreu o encontro para ver surgir a anedota; é suficiente transcrever as conclusões a que chegou para mostrar a indigência da "condição intelectual" salazarista.

"A escassos meses do encerramento compulsivo da Sociedade Portuguesa de Escritores, determinado por um despacho ministerial ainda pendente de recurso apresentado no Supremo Tribunal, eis que o Circolo Almeida Garrett, do Porto, promove naquela cidade um 1.º Encontro de Escritores Portugueses, realizado de 7 a 9 de outubro p. passado. A circular convocatória, dirigida a numerosos escritores incluindo alguns notoriamente desafetos ao regime, era um tanto ambigua nos termos, como se poderá verificar pela leitura dos seus propósitos:

"A Direcção do Circolo Almeida Garrett considerando os seus deveres qualificados para com a Grei; e a necessidade de patentear às novas gerações que os escritores portugueses constituem um núcleo de valores, bastante para servir Portugal, afirmá-lo e defendê-lo, nos domínios da criação espiritual; e considerando a necessidade de contribuir para que esses mesmos escritores se congreguem adequadamente para a normal realização dos convenientes fins coletivos, sempre subordinados aos do bem comum, deliberou convocar e efectuar o "1.º Encontro de Escritores Portugueses", subordinado aos enunciados objectivos".

Laço sensu, este texto prestava-se a várias interpretações, se... o desligássemos do seu contexto real: provir dum organismo semi-oficioso, na sequência dos acontecimentos que determinaram o encerramento da S.P.E. Encarado sob este prisma, apenas podia ter o significado que tomou, manifestamente, nas Conclusões aprovadas, o qual era a formação duma nova Sociedade de Escritores (ainda antes mesmo do veredicto do Supremo...) e a definição do novo conceito de escritor português, indicando como defensor e servidor da triade Deus, Pátria e Família. Portanto, uma dupla tentativa de aliciar e congregar os escritores ditos nacionalistas numa associação eficazmente controlada e, ainda, um propósito de exclusão (ou excomunição...) dos outros que ficassem de fora, aos quais se tornaria mais fácil posteriormente podar de não-escritores ou de maus portugueses...

Cerca de três centenas de congressistas se reuniram nos dias indicados, na Casa do Infante, no Porto, cedida pela Câmara Municipal da urbe nortenha. E, digamo-lo desde já, no aspecto de organização, o Encontro foi impecável: todas as facilidades de transporte, alojamento, amabilidades foram postas às ordens dos participantes, num alarde de meios materiais que denunciava a oculta cornucópia dum supermercado (também oculto), o qual não olhava a despesas para atingir os seus fins. O secretário-geral do Encontro, sr. Mário de Carvalho, esmerou-se em gentilezas cativantes, com rara diplomacia e tacto. Mas detenhamo-nos um pouco mais de perto sobre o que na realidade, ali se passou, desafiando um relato tão objetivo quanto possível das várias fases do Encontro.

Desconheço a lista dos convidados, mas, como já atrás afirmei, ela incluía figuras de intelectuais inconformistas que se esquivaram, ou se recusaram declaradamente a comparecer. Não os censuramos por isso embora, em nosso entender, a sua adesão tivesse provocado debates mais animados e, talvez, mesmo as Conclusões aprovadas tivessem sido diferentes. Mas tenho presente a lista dos intervenientes e dos participantes numa exposição bibliográfica organizada simultaneamente ao Encontro com obras dos que nele entraram e, até, alguns que, talvez à última hora, resolveram não aparecer, como, por exemplo, Natércia Freire, Orlando Vitorino, Tomaz Ribas... São, ao todo, 329 nomes,

com uma larga representação sacerdotal (40 clérigos).

Três centenas de escritores, já nem contando a enorme massa dos que se abstiveram, é cifra de que um país civilizado pode legitimamente orgulhar-se! Mas, ao percorrermos a lista, um primeiro movimento de surpresa nos sacode: a par de vultos por completo desconhecidos, outros mençurissimos, o vácuo provocado pelos ausentes atenuou, ou mesmo anulou (quanto a nós) o carácter pretensamente representativo da assembléa reunida na Casa do Infante e tornará muito ingrata ou inócua a tarefa dos membros da comissão designada para formar a futura Associação, — se é que deste 1.º Encontro ficará alguma coisa mais que votos platónicos. Quando um orador com uma ironia que soua a falso (pois era esse o âmago da questão), se confessou admirado tanto "pelas ilustres presenças como pelas ilustres ausências...", estava a definir exactamente o pensamento de muitos participantes, a delimitar o Encontro nas suas justas dimensões, exprimindo igualmente a opinião que o público fazia dele, aquela em que os ilustres ausentes o tinham condenado e, até, a sua repercussão na Imprensa (salvo uma excepção, ou duas, a Imprensa portuguesa rodeou todos os números do programa do Encontro dum silêncio significativo. Ou, antes, deliberadamente ostensivo).

Podemos perguntar, agora: foram essa condenação, esse desdém e silêncio justificados? Não haveria na assistência muitos escritores (alguns até pertencentes à S.P.E.) isentos de compromissos políticos, e apenas interessados, como escritores, nos problemas em debate? Com certeza. Mas a pergunta tem um reverso: engloba uma outra pergunta prévia: depois dos tristes incidentes que rodearam o encerramento da sede da S.P.E., os quais culminaram anos de diatribes insultuosas contra a mesma, vindas a lume no órgão oficial e uma pertinaz política de acorrenar a inteligência portuguesa ao carro dominador do regime, seria verossímil acreditar, de boa-fé, que vozes discordantes tivessem oportunidade de se fazerem ouvir ali? (e eu próprio fui testemunha dum caso que o ilustra: um tímido aparte duma corajosa vcz de mulher que não sei quem fosse, interrompendo um orador quando este afirmava: "uma Sociedade de Escritores que existiu...", e a voz, tímida mas audível no silêncio espantado que logo se fez, corrigiu: "Existe!"). Foi facultado, na Imprensa, fazer-se a crítica ao Encontro, mesmo no tom correto, imparcial, com que o estou tentando aqui?

O 1.º Encontro de Escritores Portugueses foi inaugurado no dia 7 de outubro com uma lição do prof. dr. Martinho Nobre de Melo, peça de oratória política, bem gizada e proferida teatralmente; e intelectualmente teve o seu momento mais elevado numa lição do prof. dr. Manuel Lopes de Almeida, na abertura da Exposição Bibliográfica, efectuada no dia seguinte. As sessões de trabalho, os debates, as intervenções, oscilaram sempre entre esses dois polos: o tom comedido do prof. Nobre de Melo e a dignidade mental do prof. Lopes de Almeida. Daqueles que descambaram no primeiro, nem falemos! Dos outros, cumprenos salientar: o padre dr. Domingos Maurício dos Santos, SJ, orador veemente que não precisou de muitas palavras para empolgar a assembléa e transmitir-lhe a sua profunda cultura; o cônego dr. António de Azevedo Pires, numa breve mas muito bem estruturada intervenção, onde procurou definir a situação existencial do escritor e as suas relações com a comunidade a que pertence; o prof. padre dr. António da Silva Régio, erudito de sólida reputação. Entre parêntesis, anote-se que a representação sacerdotal, numerosa como já vimos, e talvez por mais despegada de interesses terrenos ou imediatos, ou táticos deste Encontro deixou na assistência excelente impressão de nível cultural e de elegância no trato; e é, ainda, um escritor católico, o dr. Gastão Caraga da Cunha Ferreira, que, com lucidez e coragem, falou desassombadamente sobre os problemas com que a assembléa se defrontava, designadamente o da desunião que divide a Literatura Portuguesa, a falta duma empresa ou associação de escritó-

res e, acima de tudo, o restrito carácter das deliberações que se podiam ali tomar, afirmando: Falta aqui muita gente, faltam aqui muitos escritores portugueses".

Os debates, presididos no primeiro dia pelo cônego dr. Galamba de Oliveira e, no segundo, pelo tenente-cônego Hélio Esteves Feigas, versaram sobre o conceito de escritor português. O que é um escritor português? Apenas aquele que usa a lingua lusitana, ou aquele que sendo português (continental ou ultramarino) se exprime como tal, embora em qualquer outro dialeto? Discussão apaixonante, que dividiu a assistência, gerou acaloradas polémicas, principalmente na sessão de trabalho da tarde de 8, depois do almoço... o que provocou a um orador (Amândio Cesar) o reparo ao microfone de que, em Angola, onde há anos se efectuou também um encontro de escritores portugueses (devido, portanto, este do Porto ser o 2.º e não o 1.º) "nunca havia sessões de trabalho na parte da tarde, depois dos almoços..." referência sem rébuego aos interventores ali presentes, de rostos congestionados... et pour cause!

Essa discussão sobre o conceito de escritor português que teve o seu corolário na Conclusão 4.a adotada, visada, quanto a nós, a englobar mais estreitamente na Literatura Portuguesa os escritores ultramarinos autóctones, numa intencionalidade política que não me compete encarar aqui, neste singelo relato, mas Amândio Cesar expressou com suficiência na fórmula: "Pátria de várias raças, Pátria dispersa em vários continentes tudo que é nacional é nosso".

E, por outro lado, mas ainda com a mesma finalidade, absorver, num bloco literário comum, numa definição comungante dum só ideal, aquela cotra-parte em que a diferenciação linguística pode contribuir para manter uma tradição cultural e, no aspecto político, exacerbar qualquer forma de irredentismo que é o caso da literatura galega ou catalã em relação ao castelhano e ao poder centralizador de Madrid. Os mentores do Encontro, sem o citarem nunca, procuravam assim polemizar a distância com Luandino Vieira e o seu livro "Luanda", no qual este emprega um linguajar dos muçiques luandenses como fundamento duma nova literatura, portanto com motivações políticas irredentistas. Mas levar-nos-ia longe demais tecer considerações sobre esse melindroso tema.

As Conclusões aprovadas foram as seguintes:

1.a — Os escritores portugueses reunidos no 1.º Encontro, realizado na Casa do Infante, no Porto, saúdam respeitosamente o CHEFE DO ESTADO como augusta personificação da Pátria Portuguesa.

2.a — Saúdam também o Governo da Nação, todos os escritores portugueses e os órgãos de informação.

3.a — Agradecem à Direcção do Circolo Almeida Garrett a organização e realização deste Encontro nacional.

4.a — Considerando a Pátria e a Nação como realidades objetivas às quais todos os cidadãos se encontram naturalmente ligados, entendem ser elemento essencial da noção de escritor português o sentir, o pensar e o exprimir-se como português.

5.a — Afirmam que a lingua portuguesa é o natural veículo de expressão da nossa maneira de ser e de sentir, embora nada impeça o uso de outras expressões linguísticas do espaço português.

6.a — Afirmam a necessidade de se constituir uma Associação em que se congreguem todos os escritores portugueses que o desejem a fim de melhor se desempenharem da sua nobre missão.

7.a — Para os fins associativos previstos na conclusão anterior, constituem em comissão organizadora os seguintes escritores: Maria Graça Cid, eng. Ramiro Guedes de Campos, drs. Geraldo Bessa Victor, Maurício Gomes dos Santos, Mário Alves Pereira e Carlos Valle; e, ainda, um escritor a designar pelo Circolo Almeida Garrett.

8.a — Pedem que, para enriquecimento da literatura infantil e juvenil, se intensifique a criação de obras nacionais — e que se dêem aos novos e em geral a todos os escritores portugueses especiais facilidades de edição.

Morrer, às vezes até dá vontade, como — magoado — diz: Alexandre Herculano, vendo o ódio dos fanáticos que medravam campeonão à solta, no mundo político do seu tempo. Morrer agora, para os da geração que beirava os vinte anos quando se implantou a República, é natural e já ultrapassa a medida da vida actual da gente metropolitana.

Mas há certas criaturas que, pela sua exemplar existência e nobres e corajosas atitudes, bem mereciam do Destino serem poupadas a esta inexorável fatalidade. Seria como recompensa dos seus trabalhos e privações que, por sua fé, mereciam alguns dos democratas portugueses. Dos democratas e de muitos liberais que receberam na infância e na juventude ensinamentos e exemplos de tolerância, de liberdade, de justiça que a Constituição, aprovada pelos legítimos delegados do Povo, garantia a todos os cidadãos.

Pois se alguém havia de ser merecedor dessa excepção, isto é, se alguém havia com direito à recompensa de poder presenciar o fim

9.a — Reconhecem e aceitam conscientes a rica herança de uma cultura verdadeiramente portuguesa e a cotra-parte que lhes compete na gloriosa responsabilidade de a guardar e a enriquecer, continuando a servir a Deus, a Pátria e a Família.

10.a — Formulam o voto de que o próximo Encontro se realize no Ultramar, anuindo assim aos desejos dos ilustres escritores do Além-Mar português.

A leitura destas Conclusões envolve-nos numa nova surpresa: é possível que trezentos escritores se preocupassem durante três dias tão pouco com o seu ofício, para que só uma das Conclusões, a 8.a, aflore e, mesmo assim, em termos muito gerais o seu caso profissional? A resposta poderá parecer estranha e irrisória a um brasileiro; para portugueses, é verdade corrente — e resignadamente aceite: em Portugal são raríssimos os escritores profissionais, isto é, aqueles que vivem exclusivamente da pena. Só um congressista (o jornalista Alves de Azevedo) o perente o desinteressado da assembléa, falou ao assunto. Também Marisabel Fogaça e o padre João Pires de Campos versaram problemas ligados com a vida profissional do escritor, problemas práticos, económicos, comezinhos, digamos... De mouo que não custa prever que a futura Associação, se chegar a concretizar-se (do que duvidamos), continuará a encarar os seus associados como simpáticos bipedes lunáticos, que têm de ter um emprêgo qualquer para poderem viver e escrever com o mesmo à vontade gratuito com que os canários trinam... Aliás, do mesmo mal já enfermava a S.P.E. "(mas não falemos de coisas tristes)". Para o leitor ficar com uma idêa dos problemas que avassalavam aqueles belos espiritos, e para acabar, transcrevo dum jornal de Província, a "Gazeta das Caldas", de 12 de outubro, os últimos parágrafos dum editorial não assinado, mas que sei ser da pena do director, dr. Carlos Manuel Saraiva Saudade e Silva, escritor também presente ao Encontro do Porto:

"Havia-se proposto, no limiar da primeira sessão, que esta começasse com uma oração rezada pela assembléa o que aconteceu.

"Pouco antes do término da segunda e última sessão proposta idêntica surgiu mas o presidente (então um escritor oficial superior de Infantaria, combatente do Ultramar, católico praticante confesso) recusou-se a submetê-la, sequer, à aprovação pois, explicou, a hora ia adiantada e ato seguido teria lugar na Sé uma cerimónia religiosa durante a qual se fariam orações coletivas. (O proponente deixou a sala agastado). Imediatamente, um poeta nortenho, aliás figura de relevo na Literatura contemporânea, sugeriu com todo o ardor e com a maior seriedade, que se cantasse em cântico o hino da Infantaria, que "fôra cantado em Timor pelos soldados timorenses" (sic.).

— Quais soldados? — pergunta o presidente.

— Não sei; mas cantaram-no! — garante o vate.

— Pois eu estive em Timor três anos e posso afirmar-lhe que os soldados timorenses não conhecem o hino da Infantaria. Eu, que sou oficial da Arma, também o não conheço!

Tableau.

# Um Nobre Democrata

JOÃO SARMENTO FIMENTEL

Esta longa noite de quarenta anos em que se apagou a luz da esperança e da verdade, esse era o saudoso professor Mário de Azevedo Gomes, que acaba de morrer em Portugal, vítima de um desastre de automóvel.

O sábio catedrático do Instituto Superior de Agronomia, foi um dos antigos e dos mais ilustres directores da "Seara Nova" ministro do Governo da Primeira República, escritor e cientista do mais alto padrão intelectual e acima de tudo, um homem bom, austero cidadão, apóstolo da Democracia, nobre carácter amigo e defensor de todos os perseguidos por este apocalíptico Estado Novo que avilta a Nação Portuguesa e ameaça os milénários alicerces da nossa Independência.

Da sua integridade de homem público, do seu desassombado proceder em matéria política, daquela coragem cívica e tomadas de posição que por diversas vezes o levaram a cadeia nem é preciso pormenorizar. Ele sofreu todos os vexames, todas as violências e arbitrariedades que o ditador manda executar pela PIDE contra os seus adversários. E assim é que foi encarcerado e sujeito ao mesmo regime presidiário aplicado aos bandidos e ladrões, com eles metido no Aljube, comendo de marmitta e tratado como um vulgar malfeitor.

Isto é correntio no Portugal de hoje e também sucedeu não há muito, a Jaime Cortesão, Vieira de Almeida, Antonio Sérgio, pois que o cinico e rancoroso ditador ordena aos agentes da sua Ordem que destruam, amesquinhem, procurem aniquilar tudo quanto representa a Inteligência a Alta Cultura, a dignidade da pessoa humana e a própria Hierarquia. A elite é ele e sómente é "enviado de Deus para salvar Portugal", como pregava Antonio Ferro e, como fosse aldrabado, n'outro, bispos e o Cardeal Cerejeira, autenticos representantes dos bíblicos vendilhões do templo.

Como é triste a morte de um fraterno companheiro de tantos projetos, de tantas esperanças por um Portugal para todos os portugueses.

Mas mais triste ainda é vê-lo morrer antes do tal "salvador" que afoga em sangue milhares de portugueses ou os impele, pela miséria, pela insegurança, pela tirania, a emigrar em massa, abandonando as terras que o famoso agrônomo tanto queria e tanto procurou melhorar para os seus patrios viverem contentes, terem pão abundante e trabalho sem escravidão.

Azevedo Gomes tinha direito a ver surgir, das cinzas do Estado Novo a Nova Republica aquela Republica que ele e seus companheiros da "Seara" queriam, pregavam amavam a Republica do Povo, dos delegados do Povo a governar e a defenderem os direitos de todos.

## Semana de Solidariedade Ibérica

Conforme noticiámos, realizou-se em Bruxelas de 18 a 24 de outubro, a Semana de Solidariedade com os Estudantes Portugueses e Espanhois. Na ocasião pronunciou uma conferência o estudante Andrade Santos (e não o Professor Victor de Sá, como constava do programa e foi por nós anunciado)

## LEIA

- "Missão em Portugal" de Alvaro Lins
- "Ibérica, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha
- "Salazar Visto do Brasil"
- "Angola Através dos Textos"
- "Os Ultimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer
- "Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)
- "A Resistência em Portugal"

crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

PORTUGAL DEMOCRATICO

Militares Contra a Guerra Colonial Colonialismo e Anti-colonialismo

A Junta Revolucionária Portuguesa Nacional acaba de publicar alguns depoimentos de militares portugueses contra a guerra colonial. Damos nas linhas seguintes dois desses depoimentos, transcritos de José Fernando Amorim, no livro "Angola é uma experiência dolorosa..."

no meio da guerra, disseram não à guerra.

Como falar-vos daquele dia em que recebi um jornal clandestino vindo de Lisboa? Como dizer-vos o que senti, ao ler que milhares de operários e estudantes nas ruas de Lisboa, tinham gritado: Paz em Angola? Que companhias se recusaram a partir. Que havia manifestações de protesto à partida dos soldados. Que nos quartéis apareciam tarjetas e inscrições anti-colonialistas. Como dizer-vos o que senti?

Dentro de mim, nesse momento, Angola era a presença do meu povo, daqueles milhares de trabalhadores e estudantes que na Pátria distante gritavam: Paz em Angola!

Como falar-vos dessa noite em que um amigo apareceu e disse:

"Onde quer que se encontre, ate mesmo no meio de uma guerra como esta um combatente revolucionário pode sempre fazer qualquer coisa".

Como falar-vos dessa sensação de alegria e de dever cumprido quando, mais tarde, uma circular emanada do Quartel General avisava os comandantes do aparecimento das primeiras Juntas de Acção Patriótica nas Forças Armadas?

E como falar-vos, finalmente, dos seis meses que passei na prisão de S. Paulo em Luanda, depois do Tenente Metzner ter denunciado à PIDE a revolta que se estava organizando e na qual participavam inúmeros militares portugueses? Como falar-vos desse tempo em que dia e noite se ouviam, incessantes, desesperados, os gritos dos prisioneiros torturados?

Dentro de mim, Angola é um preso torturado que grita na noite. F. Luandino Vieira na cela ao lado da minha, no seu posto de angolano, no seu posto de combate, estudando escrevendo, atirando para dentro da minha cela a mensagem de fraternidade:

"Coragem companheiro. A nossa causa é comum. Tu não estás só. Os nossos povos vencerão. Viva Angola Livre! Viva Portugal Livre!"

Sou natural de Favalos, distrito de Vila Real de Trás-os-Montes, onde vivi miseravelmente até à data da minha deserção.

Assentei praça no Quartel de Infantaria 8 de Braga — onde acabei por fazer a minha recruta — sendo dali transferido para o Quartel de Artilharia Pesada 2. Com a minha especialidade tirada fui mobilizado para as colónias, para lutar contra as pessoas que querem a paz, o sossego e a sua liberdade. Eu fui mobilizado para a colónia da Guiné.

Chegado ali no dia 13 de Maio de 1964, fui-me juntar a milhares de irmãos que andam lutando ao mal entendido, arriscando-se a uma triste morte.

Estive dez meses nesta colónia da Guiné, onde assistí aos mais rudes combates que lá se estão travando; vi morrerem muitos irmãos meus, sem que nada pudesse fazer por eles; vi ficar o seu sangue, a sua carne espalhada no meio daquelas fortes matas, à espera que viesse um bicho e se aproveitasse dela para encher a barriga.

Eu também passei os meus sacrificios; também estive noites inteiras debaixo de fogo sem quase poder respirar; apenas se ouviam os ecos das bombas e dos tiros, e de vez em quando um gémido de algum camarada que tinha tido a infelicidade de ser atingido. Também cheguei a estar nove horas dentro de uma bolanha (pequeno pantano) com a água pelo pescoço, sem que de lá pudesse sair; o resto da companhia — mais 170 homens — teve a mesma sorte. Mas outros tiveram-na pior porque não regressaram ao Quartel e ali findaram os seus trabalhos.

Assisti à triste morte de seis colegas quando vinhamos de regresso ao Quartel. Nas viaturas, vinhamos todos satisfeitos, por nesse dia não termos tido barulho — mal sabendo que esse ia ser o dia de mais infelicidade dos que eu conheci em todo o tempo que estive na Guiné. Foi na zona de Fulacunda, a cerca de 18 quilómetros do Quartel, que rebentou uma mina causando seis mortos e nove feridos; voou tudo pelos ares, o que nos levou a andar à procura de pernas e braços que infelizmente tinham sido arrancados pela explosão. Foi no dia 27 de Agosto de 1964, e jamais esquecerei que este, infelizes puzeram fim à sua vida por causa do ditador Salazar não

A derrocada cada vez mais próxima

Com o passar do tempo a situação do colonialismo agravava-se irremediavelmente. Longe de melhorar, as coisas pioram dia a dia para as forças da repressão, como atestam os desaires sofridos em Angola, onde as baixas do exército português se mantêm elevadas e persistentes, os progressos realizados pelos nacionalistas em Moçambique, mercê de metódica organização da luta, e sobretudo a desagregação que se processa no exército e nos círculos do governo da Guiné. Nesta última colónia a desorientação das autoridades fascistas é completa. Um exemplo disso foi o incidente ocorrido entre o governador da Colónia, o conhecido nazista Arnaldo Schultz, deslocado de um comando operacional em Angola com a missão de esmagar a rebelião do povo da Guiné e o coronel Sá Carneiro, chefe do Estado Maior. Incapaz de levar a termo a missão que lhe confiaram, Schultz recorreu aos expedientes clássicos do fascismo escamoteando os fatos, e tentando ocultar a verdade sobre a situação militar reinante. Porém, a "verdade" oficial, vertida nos conhecidos "comunicados das forças armadas", se pode alcançar parte dos seus objectivos, alimentando a estupidez ciosa de si mesma de alguns "patriotas" e a ilusão de um número talvez um pouco maior de portugueses cujo egoísmo ainda é superior ao esclarecimento que possuem, não pode ser impingida aos militares que vivem directamente a tragédia da luta, que sabem em que condições se encontram, que aprenderam qual é a força do seu adversário. Que compreenderam até — e isso é o mais importante — qual é o sentido da guerra em que estão envolvidos. "Aqui (na caserna) — escreve um oficial português numa mensagem dirigida às autoridades rebeldes — o comandante tem consciência de que nada podemos fazer contra as vossas forças. Sabemos que vocês têm capacidade suficiente para nos infligir grandes perdas e nos derrotarem se tentarmos avançar nas zonas que controlam. A nossa tarefa resume-se, portanto, a esperar o momento do vosso ataque e a defendermo-nos a todo custo para salvar a vida, e apodrecer lentamente perante as dificuldades cada vez maiores da nossa situação. Cada vez temos mais o sentimento de sermos prisioneiros da absurda pretensão do nosso Governo de continuar a ocupar o vosso país".

Tal é a evidência deste sentimento generalizado nas fileiras do exército que o próprio chefe do Estado Maior, coronel Sá Carneiro, reagindo aos processos fascistas do governador Schultz e à obstinação

Mensagem à F. M. J. D.

O movimento democrático da Juventude portuguesa, enviou, à Federação Mundial da Juventude Democrática, a seguinte mensagem:

Queridos amigos, A juventude democrática portuguesa associa-se à juventude democrática do mundo inteiro saudando a Federação Mundial da Juventude Democrática pelos seus vinte anos de actividade pela união das forças da juventude na luta contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o imperialismo, pela independência nacional, a democracia, os direitos da juventude, o progresso e um futuro melhor.

Desde 1945, data do seu nascimento, após os anos de guerra e de horror que o nazismo fez conhecer ao mundo, a Federação nunca esqueceu as palavras que em Londres proclamaram jovens democratas que representavam o pensamento e a vontade de uma juventude que não queria mais conhecer os sofrimentos de uma nova guerra, mas desejava um mundo construído pela unidade de todas as raças, cores, nacionalidades e crenças.

E' porque a juventude portuguesa vive a trágica realidade do fascismo, que ela tem fé neste mundo futuro que reunirá todos os jovens sob o signo da amizade.

A palavra de ordem que a Federação Mundial da Juventude Democrática lançou no seu vigésimo ani-

do governo de Lisboa na sua estúpida aventura colonialista, se insurgiu contra a mesma, indo ao ponto de se referir à guerra da Guiné como "esta guerra absurda e irremediavelmente perdida".

O coronel Sá Carneiro foi destituído e chamado a Lisboa. Pouco depois, na sequência da crise aberta com o incidente referido o ex-estagiário da Gestapo, Herr Schultz, faz a a mesma viagem...

Guiné

Nesta colónia a guerra evoluiu rapidamente com os êxitos cada vez mais importantes alcançados pelas forças nacionalistas. Estas, que até alguns meses atrás só com escassa frequência atacavam as guarnições mantidas pelo exército colonialista nas localidades de maior importância, dedicando-se mais a manter o controlo das regiões ocupadas e a ampliá-la a outras áreas, isolando ao mesmo tempo as guarnições, orientam-se agora com particular intensidade para a destruição das mesmas. Assim, diversos postos imponentes foram atacados, sofrendo alguns a destruição total.

Foi o caso, por exemplo do posto militar de Uoloto, na região nordeste da colónia, onde o exército português sofreu das mais pesadas perdas desde o início da revolta nacionalista numa só operação. 43 soldados portugueses perderam a vida nesse combate, tendo os restantes retirado desordenadamente para o quartel de Canquelita. Entre o material que caiu em poder dos patriotas guineenses contam-se 1 morteiro de 60 mm, 6 pistolas-metralhadoras "G3" (americanas), 25 espingardas "Mauser", uma bazooka de fabrico americano, importante quantidade de obuses, impermeáveis e fardamentos. Além disto foram ainda destruídos 2 caminhões.

Outro quartel atacado foi o de Olossato, no Norte, onde mais de 40 soldados portugueses foram mortos e destruídas todas as construções habitadas pela tropa. Esta localidade, que antes constituía um importante centro económico, pela produção de arroz, madeiras e mancarra, estava resumida à sua importância militar desde que as forças nacionalistas passaram a dominar a região, aitura em que as atividades comerciais paralizaram e os colonos se retiraram para Bissau. Cercada pelas forças nacionalistas, Olossato era desde há muito abastecida por via aérea. Subsequentemente, um comando de guerrilheiros sabotou o aeródromo de Olossato inutilizando-o.

No sul, outros dois postos militares foram atacados e destruídos pelos nacionalistas. Com intervalo de 5 dias, as forças rebeldes atacaram as guarnições de Gulegne e Sanconha, que faziam parte do dispositivo de controle da fronteira com a República da Guiné. Utilizando bazookas e metralhadoras pesadas, e lançando na operação unidades do seu exército regular em coordenação com comandos de guerrilha, os nacionalistas destruíram todas as instalações. No conjunto dos dois ataques o exército português teve nada menos de 85 mortos, sendo enorme o número de feridos retirados por helicóptero para Cacine e Bissau.

Registram-se ainda, nas últimas semanas, ataques contra outros postos importantes entre os quais Encheia, pouco a norte de Bissau, Sancatuto, Sincha-Jote e Canquelita, que foram intensamente bombardeados com armas pesadas. As destruições causadas em edifícios e depósitos de material, bem como as baixas em homens, foram na maioria dos casos pesadíssimas.

Entretanto, grande parte da região de São Domingos, a noroeste, caiu sob o controlo das forças nacionalistas que se aproximam mais e mais da ilha dos Papéis, onde se localiza Bissau. Na região do Gabu situada a nordeste aumentou também nos últimos meses a área sob seu controle. Nesta região, num só ataque contra o quartel de Sare Djidi, o exército português perdeu 28 homens, enquanto caíam nas mãos dos patriotas 12 fusis "Mauser", 5 pistolas-metralhadoras G-3, 1 rádio-emissor, 2 morteiros de 60 mm e outro material.

Uma coluna militar comandada pelo capitão Pita Alves, ex-comandante de companhia do regimento de infantaria n.º 15 (Tomar), sofreu grave revés ao tentar cumprir na região de Fulacunda, uma missão contra as bases rebeldes existentes. Os 180 homens que compunham a coluna foram atraídos a uma emboscada pelas forças rebeldes e atacados em seguida com intenso fogo, tendo sido enormes as perdas em vidas e material. Os remanescentes da coluna debandaram em completa desordem tendo-se dividido em diversos grupos que se dispersaram pela floresta. Nesta operação perdeu a vida o tenente Vasco Nuno de Loureiro Sousa Cardoso enquanto o soldado José Vieira Lauro, de 21 anos, natural de Granjal, foi feito prisioneiro. De acordo com um comunicado do PAIGC que se refere ao acontecimento, o soldado José Vieira Lauro beneficiará das condições estabelecidas pelas convenções internacionais relativas aos prisioneiros de guerra.

O capitão Pita Alves chegou apenas 6 dias antes à zona de operações e, sob a influência das falsas versões que conhecia acerca da guerra colonial, quiz encargar-se pessoalmente do comando da citada operação, no intuito de "dar um grande exemplo".

Angola

Um pelotão de engenharia apanhado numa emboscada armada por elementos do M.P.L.A., entre o quartel de Sanga e a povoação de Caiondjembo, resultou em 10 soldados mortos, dois tratores inutilizados e 2 jeeps destruídos por minas anti-carro, enquanto os patriotas angolanos se apoderavam de diverso material bélico incluindo várias metralhadoras de fabrico belga (F. A. L. e Super F. A. L.). Na mesma altura um grupo de sabotagem fez saltar a ponte sobre o rio Lombe.

Num ataque de surpresa realizado por guerrilheiros do M. P. L. A. contra uma patrulha motorizada, constituída de dois pelotões, perderam a vida mais 37 militares portugueses incluindo dois sargentos e um oficial. O ataque ocorreu 4 quilómetros de Caiondjembo. Um grande caminhão de transporte de tropas, foi totalmente destruído pela explosão de um engenho anti-carro e dois jeeps inutilizados por fogo de metralhadoras.

Quando um contingente de cerca de 500 soldados tentava penetrar nas florestas de Makanguenha, às margens do rio Lombe, caiu num campo minado tendo perecido em consequência das explosões 6 soldados, um oficial, um sargento e 3 guias africanos que os acompanhavam.

Dois pelotões que segulam pela estrada que liga o quartel de Miconge a uma exploração florestal próxima entraram num campo de minas comandadas à distância. Em virtude das explosões e do intenso fogo aberto em seguida pelos guerrilheiros do M. P. L. A., emboscados nas imediações, mais 32 soldados portugueses perderam a vida.

Todas as operações referidas ocorreram no enclave de Cabinda.

Manifestação em Paris



O cliché mostra um aspecto da festa de "L'Humanité", onde se vê a fachada do Stand organizado pelos democratas portugueses residentes em Paris. A participação dos democratas portugueses na festa mais popular de Paris, constituiu uma importante jornada de solidariedade à luta do nosso povo.

(Continua pag. 7)

(Cont. pag. 7)

# Pela amnistia e contra a repressão

## Solidariedade Internacional

O clamor contra a repressão em Portugal cresce e se desenvolve, toma as mais variadas formas organizativas e atinge os mais amplos setores da vida nacional e internacional.

Os milhares de portugueses de todas as correntes e opiniões políticas que, no interior do país, sustentam as iniciativas da Comissão Nacional para a Amnistia, os numerosos grupos de democratas exilados, apoiados pela opinião pública dos países em que vivem, constituem hoje um forte e potente Movimento Português de Solidariedade aos Presos e Exilados Políticos.

Sou esta designação, um grupo de portugueses exilados em países da Europa, em face do agravamento da repressão e das últimas prisões ocorridas em Portugal, dirigiu seguinte apelo às organizações de massas e opinião pública dos países da Europa:

Durante o período da "propaganda eleitoral" (tratava-se, desta vez da farsa das "eleições" para a "Assembleia Nacional"), — vários patriotas foram encarcerados, designadamente Ilídio Esteves que se tinha evadido da prisão de Caxias em 1961, Manuel Coelho, Sebastião Barradas e sua mulher Faustina Candelas, e ainda 6 operários de Pero Pinheiro.

Os primeiros são militantes clandestinos, ferozmente perseguidos pela PIDE, e os segundos, operários duma das regiões industriais do mármore, onde, no mês de maio uma greve de 12 dias, na qual participaram 5.000 operários, foi brutalmente sufocada pelas forças repressivas. No decurso dessa greve numerosos operários perderam a vida enquanto outros eram presos e ferozmente torturados.

Se considerarmos as torturas sofridas pelos patriotas, quando caem nas garras dos assassinos da polícia de Salazar, e que em 1965, não só foram sistematicamente generalizadas, mas ainda atingiram um nível de horror até aí desconhecido, não exageramos ao afirmar que as vidas destes patriotas estão seriamente ameaçadas.

O que aconteceu com os estudantes presos durante este ano e com os patriotas Domingos Abrantes, Maria da Conceição Matos, Eduardo Pires e sua mulher Maria da Glória Simões, Aurora e Maria Alice Parente, presos no mês de abril, é a expressão eloquente do ponto a que podem chegar as torturas e as sevícias da PIDE, das intenções criminosas dum governo inteiramente desligado do Povo e da nação, dum governo que promove uma guerra de extermínio contra os Povos de Angola, Guiné e de Moçambique e firmemente decidido a combater as mais elementares manifestações de paz, de liberdade e de desejo de bem estar do Povo português, recorrendo para isso aos meios mais vis e mais criminosos.

Períodos de "isolamento" total após serem presos, insultos, vexames da mais diversa natureza, privação do sono como forma de tortura (mais de 60 horas sem dormir, durante as quais os prisioneiros são interrogados ininterruptamente), as sevícias mais requintadas, põem em perigo a vida dos patriotas presos.

Vários dos patriotas presos, este ano, foram transportados, em perigo de vida, aos hospitais, após prolongadas e cruéis sessões de tortura a que foram sujeitos.

Entre outros pode-se destacar o caso da estudante Gina de Azevedo, e mais recentemente o de Maria da Conceição Matos. Durante os 12 dias em que sofreu a tortura da privação do sono, esta última ficou de pé (tortura da "estátua"), nua, recebendo toda a sorte de insultos e de vexames, sem qualquer possibilidade de satisfazer as suas necessidades físicas mais elementares, a não ser no próprio lugar em que estava sendo seviciada, e na presença dos agentes da PIDE, de ambos os sexos. Assim, quando lhe chegaram as regras não lhe foi permitido receber os cuidados mais elementares.

Maria da Conceição, atingida por graves perturbações nervosas, teve de ser finalmente transportada ao hospital, em perigo de vida.

Outro caso marcante é o de Mariana Janeiro, operária agrícola da aldeia de Baleizão, conhecida por

sua combatividade. Esta aldeia é, com efeito, a terra natal de Catarina Eufémia, morta a tiros de metralhadora quando, apesar de em estado de gravidez, liderava uma manifestação de camponeses, com um filho nos braços.

No que se refere a Mariana Janeiro, foi submetida, durante 11 dias, à dupla tortura da privação do sono e pingos de água na cabeça.

Outros exemplos, entre muitos, são os de Aurora e Maria Alice Parente mãe e filha, que ficaram gravemente doentes após sofrerem a tortura da privação do sono e toda a espécie de sevícias.

É impossível ficar indiferente em face de tão grande desumanidade, de crueldade tão perversa, que são os traços característicos do regime fascista, parente próximo do de Hitler.

Sabemos que os prisioneiros políticos, os patriotas, e o Povo português, não estão sozinhos na sua luta. Através do mundo inteiro desenvolve-se um movimento de solidariedade a favor dos prisioneiros políticos e da luta do Povo Português.

Hoje mais do que nunca, o Povo português, os prisioneiros políticos encarcerados nos antros da PIDE e nas prisões salazaristas, precisam da ajuda de todos os que são dotados de sentimentos de humanidade.

Aos homens, mulheres e jovens com coração, a todas as organizações progressistas, lançamos um veemente e urgente apelo para que façam ouvir as suas vozes, mais uma vez, sob a forma de telegramas ou outra, ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça de Portugal.

— PELA CESSAÇÃO DAS TORTURAS EXERCIDAS SOBRE OS PATRIOTAS!

— POR UM TRATAMENTO AOS PRISIONEIRAS POLÍTICOS DE ACORDO COM OS DIREITOS MAIS ELEMENTARES DO HOMEM!

— PELA ABOLIÇÃO DO DECRETO SOBRE "AS MEDIDAS DE SEGURANÇA" QUE SIGNIFICAM A PRISÃO PERPÉTUA!

— PELA LIBERTAÇÃO DOS PRISIONEIRAS POLÍTICOS QUE JÁ CUMPRIRAM AS SUAS PENAS, DESIGNADAMENTE DE JOSÉ VITORIANO E DE SOFIA FERREIRA!

## Sindicatos Checos Contra a Repressão

Correspondendo ao apelo do Movimento Português de Solidariedade aos Presos e Exilados Políticos, uma vez mais, os trabalhadores checos, através do Conselho Central dos Sindicatos, se erguem contra as torturas, os maus tratos e as "medidas de segurança" aplicadas aos trabalhadores portugueses que lutam pela liberdade sindical, pelo direito a vida e liberdade política.

Eis o texto de uma carta enviada pelo Presidente do Conselho Central dos Sindicatos Checos ao ministro da Justiça de Salazar:

Acabam de chegar ao nosso conhecimento notícias inquietantes de que durante o período das eleições à Assembleia Nacional, até antes destas eleições, diversos militantes operários foram presos em Portugal. Entre esses militantes presos contam-se Ilídio Esteves, Manuel Coelho, Sebastião Barradas e sua mulher Faustina Candelas e outros. Segundo as mesmas notícias foram igualmente encarcerados trabalhadores da indústria extrativa do mármore que no mês de maio deste ano participaram de uma greve de grande importância com a duração de 12 dias, e na qual se verificou a intervenção brutal das forças policiais, sobretudo da PIDE, contra os grevistas, alguns dos quais encontraram a morte ou foram brutalmente torturados.

Nas prisões, a vida dos prisioneiros por motivos políticos está permanentemente exposta a séria ameaça.

Encontram-se nesta dramática situação os estudantes e os patriotas Domingos Abrantes, Maria da Conceição Matos, Eduardo Pires e sua mulher Maria Glória Simões, Aurora e Alice Parente e outros que desde o mês de abril permanecem nas prisões sujeitos a torturas ferozes. Estamos indignados

com as informações que nos chegam sobre os casos da estudante Gina Azevedo e de Maria da Conceição Matos. Durante 12 dias estas mulheres foram torturadas pela privação do sono, forçadas a permanecer de pé em "estátua", nuas, pelo espaço de várias horas e expostas a outras formas bárbaras de tortura. Devido às torturas sofridas, Maria da Conceição Matos teve de ser transportada ao hospital e encontra-se em perigo de vida. Também a patriota Mariana Janeiro, camponesa, foi torturada durante 11 dias por ter dirigido manifestações de trabalhadores rurais em Baleizão.

Poderíamos destacar aqui toda uma série de outros casos concretos que atestam a brutal maneira de agir dos organismos policiais contra os trabalhadores e os patriotas que reivindicam os direitos mais elementares do homem e as liberdades democráticas.

Os trabalhadores checoslovacos estão indignados e condenam energeticamente tal maneira de agir da polícia portuguesa e sobretudo da polícia política — a PIDE. Não podemos ficar indiferentes em face da atual situação em Portugal. Expressamos assim a nossa plena e fraterna solidariedade para com a justa luta dos trabalhadores e do povo português.

Em nome dos 5 milhões e meio dos nossos filiados pedimos firmemente a supressão dos vergonhosos decretos que estabeleceram as chamadas "medidas de segurança", que a polícia usa sobretudo contra os patriotas. Pedimos a restauração dos direitos mais elementares e da dignidade do homem em Portugal, a restauração dos direitos democráticos e das liberdades e pedimos a liberdade imediata para os presos políticos.

## A U.I.E. apoia Estudantes Expulsos

A União Internacional dos Estudantes, porta-voz de uma juventude progressiva, que conta milhões de estudantes, acaba de fazer doação de 2 a 3 bolsas para que alguns dos estudantes expulsos possam continuar os seus estudos no ano de 1966-67.

Este acto que demonstra a solidariedade activa da organização internacional dos estudantes para com a justa luta dos estudantes portugueses, mostra, ao mesmo tempo, o contraste entre a política educacional do governo de Salazar e a de outros países para quem o homem é o capital mais precioso.

## Patriota Indiano nas Masmorras Salazaristas

O cidadão da União Indiana MOHAN RANADE, encontra-se há 10 anos nas masmorras salazaristas. Preso em 1955 por ter participado de um assalto de patriotas goeses a um posto militar português, visando a obtenção de armas, Mohan Ranade, o único indiano que participou daquela operação, foi aprisionado e gravemente ferido. Durante 5 anos permaneceu detido em Goa, absolutamente isolado, sem livros, sem roupa e sem cama. Dois desses anos são passados com guilhetas nos pés, na própria cela. É exposto a público frequentemente para que todos possam "apreciar" o "famigerado" Ranade como era conhecido pelos soldados portugueses. Ao longo deste período de cativeiro, é insultado e vilipendiado, chegando um dos carcereiros a cuspir-lhe na cara sempre que abre a porta da cela. Ao fim destes 5 anos de martírio é transferido para a Metrópole, para a prisão do Forte de Caxias, onde continua a ser maltratado.

Condenado a 26 anos de prisão maior celular e a "medidas de segurança", Mohan Ranade tinha 24 anos quando foi preso. Professor de línguas, dedicou a sua juventude à luta contra a exploração e o colonialismo.

Pela sua coragem e constancia nas lutas prisionais e pela amizade e carinho com que trata os companheiros portugueses com ele detidos os carcereiros votam-lhe um ódio de morte. Homem de uma grande dignidade, tem recusado assinar pedidos de indulto, em termos que afectem o seu prestígio.

Enbora assistido, a pedido do governo da União Indiana, pelo Embaixador do México em Lisboa, Mohan Ranade carece da solidariedade e apoio dos homens e mulheres de coração do mundo inteiro para ser libertado.

Portugal Democrático, pede a todos os seus leitores e amigos que mobilizem as organizações humanitárias nacionais e internacionais para que reclamem junto do Governo de Lisboa a imediata libertação do patriota indiano Mohan Ranade.

## Quando os Lobos Julgam

A farsa dos julgamentos a que Salazar manda submeter os democratas sucede-se a um ritmo tal que raro é o dia em que a imprensa portuguesa não publica, no lugar e com o relevo convenientes, as condenações impostas aos presos políticos pelos tribunais fascistas.

Nas páginas em que os jornais registram os "casos do dia", boletim meteorológico e secção de neologias, aparecem, em meia dúzia de linhas, notícias como as que se seguem:

"Foi ontem lida a sentença no Plenário Criminal da Boa-Hora, os srs. Eduardo Pires de 51 anos, natural de Celorico da Beira e sua mulher, D. Maria da Glória Simões, de 48, de Vagos, ambos residentes no Seixal e presos pela PIDE por actividades subversivas. O primeiro foi condenado à pena de 3 anos e a segunda à de dois e meio, para ambos os casos de prisão maior e envolvendo suspensão de direitos políticos por quinze anos, internamento de seis meses a três anos, mínimo de imposto de justiça e medidas de segurança.

Esta notícia foi retirada do jornal Republica do dia 24 de novembro p.p. No dia 26 do mesmo mês noticiava o mesmo jornal, mais o seguinte julgamento:

No Plenário Criminal Auxiliar, na Boa Hora, sob a presidência do sr. desembargador Correia Barreto, e sendo ajudante do procurador-geral da República o sr. dr. Lopes de Mello, responderam ontem o sr. José Manuel Rodrigues dos Santos, de 32 anos, caixeiro da cantina da Companhia Carris de Ferro de Lisboa e sua mulher, sra. D. Julieta da Conceição Cabrita, de 34, escolhedora de rolhas na Amora, ambos naturais de Silve; e residentes no Seixal, incriminados por actividades subversivas.

Depuseram duas testemunhas de acusação e dezesseis de defesa. Nos debates interveio, além do Ministério Público, o sr. dr. Manuel Durão, patrono dos acusados. A noite foi tornado conhecido o acórdão pelo qual o sr. José Manuel Rodrigues dos Santos foi condenado em dois anos e meio de prisão maior, e sua esposa sra. D. Julieta da Conceição Cabrita, em dois anos de prisão maior, ambos na perda de direitos políticos por quinze anos, e nas medidas de segurança de internamento por períodos prorrogáveis de seis meses a três anos, e no mínimo de imposto de justiça.

Lembramos aos nossos leitores que os dois casais, cujos julgamentos referimos acima, foram presos em Abril, juntamente com o destacado militante operário Domingos Abrantes e sua companheira Maria da Conceição Matos, todos barbaramente torturados pela PIDE.

## NATAL DO PRESO POLITICO

Correspondendo à já tradicional campanha do NATAL DO PRESO POLITICO continuam chegando à nossa redação numerosos donativos que transcrevemos a seguir:

TRANSPORTE	Cr\$ 288.995,
Miguel U. Rodrigues	" 1.000
Alberto Cardoso	" 3.500
Francisco Aleixo	" 21.500
Josué Mathias	" 5.000
Manuel Soares	" 3.000
A. Santos	" 4.000
Manuel Rodrigues	" 2.000
Helder Costa	" 1.000
Mário J. Fernandes	" 5.000
Cesar Teles	" 10.000
Júlio Cesar	" 10.000
João Mendes	" 500
A transportar	Cr\$ 355.495

## Liberdade para José Vitoriano

A campanha internacional em prol da libertação do destacado dirigente Sindical José Vitoriano prossegue em todo o mundo.

Entre as numerosas manifestações que se têm verificado, sob a forma de cartas, telegramas e abaixo-assinados às autoridades fascistas de Lisboa, reclamando a libertação de José Vitoriano, registramos a iniciativa de 400 trabalhadores emigrados em França que, por ocasião da festa do jornal "L'Humanité" dirigiram o seguinte telegrama ao "presidente" Américo Tomaz:

"400 emigrados de diversas nacionalidades reunidos em assembleia popular organizada em 26-9-1965 para festejar o êxito da festa de "L'Humanité", pedem a libertação imediata do dirigente operário José Vitoriano, preso em Peniche e gravemente doente, bem como uma amnistia geral para todos os presos e exilados políticos portugueses".

## SALAZAR CONDENADO

(Conclusão da 1.ª pag.)

vas que com eles se confundam ou assemelhem.

Se bem que não se possa esperar quaisquer consequências práticas da última resolução da Assembleia Geral da ONU, do mesmo modo que as anteriores não trouxeram maiores embaraços ao regime salazarista, nem por isso deixará de prevalecer a sua importância na ordem moral, importância tanto maior quanto são postos em causa, além de Salazar e seu governo, todos os que com ele colaboram, fornecendo-lhe as bases material e política para que prossiga na sua nefanda aventura colonialista e que por isso, são seus cúmplices.

Se houver países, como por certo haverá, prontos a cumprirem as determinações contidas na resolução a que nos vimos referindo, eles representarão ferozmente correntes comerciais de reduzida expressão. Ninguém iria esperar que países como a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, principalmente, aqueles justamente que abastecem o governo salazarista de todo o material bélico que este necessita para manter as guerras coloniais em que está envolvido, se mostrassem dispostos a pôr em prática as medidas preconizadas pela maioria dos países membros da ONU. Mas já é alguma coisa associá-los às responsabilidades do governo português perante os povos e perante a história. Porque o futuro, sendo decidido em função do presente, é pelo menos tão importante como este. Para os povos oprimidos, como são os de Portugal, de Angola, de Moçambique e da Guiné, o futuro conta até muito mais.

## Militares Mortos Na Guerra Colonial

Segundo o chamado Serviço de Informação Pública das Forças Armadas Portuguesas morreram em combate nas guerras coloniais os seguintes militares:

Na GUINÉ: capitão Xavier Torres de Meireles, soldado José António Canoa Nogueira, segundo sargento Leandro Vieira Barcelos; Em ANGOLA: alferes Aurelio Manuel Tavares Rodrigues, alferes Luis Alfredo Ferreira de Azevedo; Em MOÇAMBIQUE: furiel José Eduardo Marques, e soldados Manuel Pacheco, Telmo José Alves do Rego, Henrique Parreira da Cruz Tenreiro e José Antonio Bernardes.

# A Situação dos presos de Peniche

As linhas que se seguem terão de ser muito breves. Serão uma imagem pálida e muito incompleta da situação de centena e meia de presos políticos portugueses. Percebido, mesmo assim, que se aquieta a honestidade das frequentes declarações sobre o assunto feitas pelos responsáveis salazaristas, ou por um Lord Russel de Liverpool que, decerto pago pela propaganda fascista, se tornou arauto das mais obscenas e até insensatas mentiras.

## I - A CADEIA "ESPECIAL" DE PENICHE

Na extremidade dum pequena península batida pelo Atlântico, sob os olhos curiosos pelas muralhas pitorescas duma fortaleza do século XV, construíram uma penitenciária moderna. Nela se encontram dirigentes comunistas, como Joaquim Pires Jorge e muitos outros destacados católicos como Manuel Serra, representantes qualificados dos militares anti-fascistas como o Capitão Varela Gomes, Operários, camponeses, intelectuais militares, homens das mais diversas formações e cor política — todos o objetivo comum de libertarem Portugal do regime fascista e a mesma e dolorosa situação.

A penitenciária que veio substituir as barracões da antiga cadeia é oficialmente considerada uma "cadeia especial" pelos poderosos meios de segurança de que dispõe e pela função que desempenha. O núcleo central é constituído por três blocos de cimento armado, totalmente isolados entre si e subdivididos em secções independentes por um completo sistema de portas, grades e grades. São destinados aos presos. O aparelho de vigilância, de alarme e de repressão é considerado único no País, e escrupulosamente assegurado, de dentro para fora, por várias forças de segurança: Serviços Prisionais, Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) e Polícia Política (P.I.P.P.) — num total humano superior ao da população prisional. A parte da nova cadeia é declaradamente a da "neutralização" total e definitiva dos presos, quer física, quer moral e psíquica, pela acção simultânea de um conjunto de factores: duração indefinida do internamento, garantida pelas chamadas "medidas de segurança", prorrogáveis até à eliminação da "perigosidade" do preso; manutenção duma tensão nervosa praticamente constante o cerceamento dos contactos humanos, seja com o exterior, seja dos presos entre si; as consequências imediatas e à distância duma política disciplinar fria e cruel de restrições às mais simples necessidades espirituais e humanas dos encarcerados, etc., etc.

As directrizes para esta lenta e minuciosa política de aniquilação, provêm directamente do governo e muito provavelmente do anterior ditador Salazar e são fiscalizadas de perto pela PIDE: têm uma execução oficial e local na pessoa do director da cadeia, geralmente um militar com experiência repressiva. O director é neste momento o capitão Manuel da Encarnação Falção, provindo da GNR um ocoipato, cuja nomeação há dois anos, marcou o início dum período de violências e arbitrariedades. Mas é o chefe das guardas Vitor Ramos, estritamente ligado à PIDE, que dirige de facto desde início a concretização dos planos sinistros da "cadeia especial". Trata-se dum indivíduo metódico, persistente e frio cujo ódio político confere à tarefa a importância dum objectivo vital. A sua influência sobre todo o pessoal é muito grande, inclusive sobre o director: é acolhido por uma equipa de guardas de confiança e capazes de tudo, como Fopa Rosa, Duarte Louca, Asdrúbal e outros.

O tratamento desumano, arbitrário e de aniquilamento dos presos tem encontrado sempre uma viragem e por vezes heróica resistência. Estes corajosamente apoiados no exterior por suas famílias pelo movimento anti-salazarista, pelo povo português, por generosas campanhas de solidariedade internacional. Tal acção unida tem conseguido obrigá-los a recuar os carcereiros e o governo em alguns aspectos dos seus objectivos. Os presos têm consciência que sem esse auxílio e a sua acção, a situação seria absolutamente insustentável. Pelo seu lado, a resistência e os protestos têm assumido por vezes, formas bastante elevadas como o boicote de vários serviços da cadeia, a re-

cusas intermitente de alimentação, o gritar em coro contra as arbitrariedades, etc., e são caracterizados por uma unanimidade e por um espírito de sacrifício muito grandes, não obstante todos os esforços de divisão e de isolamento praticados pelos carcereiros e da selvática repressão de que são alvo.

Esta repressão, para além das frequentes ameaças de morte por palavras e gestos (arras apontadas, etc.), vai de privação de regalias (recreio, visitas, correspondência familiar, etc.) aos castigos de várias semanas de "segredo", por vezes a pão e água (ainda há pouco dois presos — Saboga e João Camilo — foram castigados injustificadamente com 45 dias de cela disciplinar na base da provocação de um guarda, castigo que só não foi cumprido totalmente em virtude dos protestos dos presos) aos espancamentos a murro, pontapé e cassetete. Em 7-6-64 os espancamentos tiveram um carácter generalizado e indiscriminado sobre uma dezena de presos fechados, nas suas celas, ao mesmo tempo que as ordens de Vitor Ramos várias esposas e mães de presos eram detidas no exterior e levadas a tribunal sob acusações infundadas. Os presos sabem que, para além das vitórias que têm conseguido com a suas acções e a solidariedade exterior, as intenções do governo fascista não mudam, e não desconhecem que se projectam novas medidas que tornarão ainda mais agudas as condições em que vivem, com tudo o que isso significa quanto ao aumento de tensão nervosa e a intensificação da repressão. Mas por experiência própria, sabem também ser possível fazer recuar os seus algozes, desde que a resistência seja enquadrada pelas acções dos seus amigos no exterior no país e no estrangeiro. Daí a necessidade urgente e vital de que a situação de Peniche seja conhecida e divulgada. Vejamos mais concretamente alguns aspectos do regime prisional.

## II - ALGUNS ASPECTOS DO REGIME PRISIONAL DE PENICHE

O cumprimento da pena envolve normalmente três períodos: observação, celular e de vida em comum.

No chamado "período de observação" o recém-chegado é ferozmente subtraído a qualquer convívio e alvo da mais estreita vigilância, comendo na própria cela tendo recreio à parte, etc. É sujeito frequentemente a buscas e provocações especiais, que sendo acompanhadas de castigos prolongam e ainda mais endurecem a "observação". Pouco a pouco tem-se conseguido diminuir o tempo de verdadeiro castigo para um mês por vezes mais, mas importa acabar com tal período que foi criado há poucos anos.

O período celular pode arrastar-se por muitos anos. Há já presos com 4 e 5 anos de cela, outros que retornam a elas por castigo, outros que certamente nunca conhecerão outro regime. Pouco menos de metade da população prisional vive assim encerrada em celas individuais, em muitas das quais nunca penetra o sol, onde é expressamente proibida a aproximação da janela gradeada, de vidros foscos de que só se podem abrir pequenas frestas. Com excepção das refeições (que são realizadas em silêncio sob a constante vigilância do guarda a quem se tem de pedir para oferecer qualquer alimento pessoal, de acordo com um regulamento minucioso, complicado e desumano) da hora e meia diária de recreio e das duas horas e meia de convívio (onde os presos têm de estar sentados à volta de mesas se-

paradas, no máximo de quatro em cada mesa e em que nada se pode passar de uma mesa para a outra sem pedir ao guarda que está na própria sala a vigiar), os presos permanecem isolados nas celas, sob a permanente vigilância do guarda através dum visor. Há frequentes intervenções sob insignificantes pretextos, em cumprimento dum disposição de serviço que diz: "os reclusos devem sentir-se constantemente sob o olhar vigilante do guarda". De muitas dessas intervenções resultam castigos. O isolamento alarga-se às 24 horas do dia como represália contra qualquer atitude considerada de indisciplina (geralmente acompanhada de privação de alimentos pessoais, de livros e material para escrever, ou até por simples medida preventiva, como ocorreu com toda uma secção, mantida como refém, durante perto de um mês, em 1964. Neste mesmo ano, a totalidade dos presos do principal bloco celular foi mantida nesse regime de total isolamento durante perto de quatro meses sucessivos como represália ante uma das suas acções de resistência mais firmes e combativas.

O regime de vida colectiva não é, no entanto, melhor sob muitos aspectos. Nas salas, para 5, 6 e 11 presos, o aperto é muito grande, faltam assentos, há apenas uma pequena mesa onde não podem instalar-se mais de 4 presos e utilizar as camas é proibido fora das horas regulamentares. A vigilância, por guarda à vista, pois as portas são aqui substituídas por amplos grades, é um motivo de tensão constante. Para agravar a situação, numa medida de pura arbitrariedade, os carcereiros resolveram em Março do ano corrente, fechar e pregar as janelas, limitando a ventilação às pequenas frestas superiores. Embora os protestos realizados tenham conseguido a abertura de algumas das janelas, a ausência de arejamento é ainda muito sentida.

A alimentação repete-se monotonamente todas as semanas e consta de 3 refeições diárias: pequeno almoço às 8 horas almoço às 12 e jantar às 18,30. As ementas fixas para cada refeição são: pequeno almoço — pão escuro (inferior ao mais ordinário que se vende ao público) e um púcaro de café (que não é café) temperado com um dedal de leite, sem açúcar.

2.ª feira; almoço — feijão encarnado guisado com batatas e 3 ou 4 pedacitos de toucinho; jantar — uma posta pequena de bacalhau (ou metade de um chicharro) frito com arroz;

3.ª feira; almoço — bacalhau ca qualidade mais inferior cozido com batatas; jantar — massa guisada com pouquíssima carne da mais ordinária e constituída quase só por sebo;

4.ª feira; metade dum chicharro cozido com batatas; arroz guisado com carne igual à de 3.ª feira;

5.ª feira; bacalhau de má qualidade cozido com feijão frade b/.

## Militares...

(Conclusão da 5.ª pag.)

dar a liberdade e o sossego a quem anda lutando por eles.

Foi aí que o meu ódio começou, ao ver que não era justo derramar-se tanto sangue numa guerra injusta. Todos nós sabemos que os nacionalistas estão nas terras deles, por isso não é justa a guerra que se está a praticar nas colónias portuguesas.

Passel duas noites sem dormir a pensar numa operação que fomos fazer na zona de S. João, onde os bombardeamentos da aviação destruíram diversas casas, ficando lá dentro mulheres e crianças no meio das chamas, pedindo socorro, para que as salvassem. Eu regressel ao quartel cheio de horror pelo que tinha visto, pelos colegas que tinham sido feridos nos ataques que tivemos nesses três dias de operações.

De aí em diante pensei na minha deserção, em fugir, deixar a paz a quem está lutando por ela. Juntei-me a mais dois colegas que também pensavam como eu combinámos o dia da nossa deserção e assim, em 21 de Março de 1965, demos por terminada a nossa missão na colónia da Guiné.

Fugimos a corta mão, sem sabermos para onde nos dirigirmos, mas felizmente, a poucos quilómetros do quartel, fomos acolhidos

por tropas nacionalistas, que nos receberam com muita alegria. Mulheres, crianças e até homens choravam de alegria, tratavam-nos com mil carinhos, procurando ser o mais agradável possível para conosco.

Hoje encontro-me na Argélia. Vim juntar-me a diversos camaradas que também fizeram o mesmo que eu, que também abandonaram a violência e o horror do fascismo português.

Irmãos soldados do Exército colonialista português: deixem a paz a quem a quer, deixem as terras a quem elas pertencem — a nossa terra é Portugal.

Lutem por Portugal, lutem contra o fascismo português, lutem contra o regime de Salazar, o assassino da Juventude Portuguesa!

Lutem pelos nossos irmãos que se encontram nas cadeias de Portugal! presos pela PIDE!

Fujam, venham juntar-se a nós, porque todos unidos venceremos!

Abaixo o fascismo!

Abaixo o colonialismo!

6.ª feira; um pouco de bacalhau guisado com batatas; 2 a 3 carapaus fritos com arroz;

Sábado; atum de conserva de mais ordinário (albacora) com batatas cozidas massa guisada com a carne do costume;

Gommingo feijão branco com repolho de tripas; bacalhau ordinário cozido com batatas.

A todas as refeições há sopa que invariavelmente é de um dos dois tipos seguintes: massa e repolho com ou sem feijão e puré de feijão frade (ou de grão) com arroz.

Salvo muito raras excepções o rancho consta dos pratos acima descritos, que se repetem ao longo de meses e anos seguidos. Nunca dão fruta nem qualquer espécie de verduras para além do repolho da sepa.

É como se vê, uma alimentação pobríssima em proteínas, assente principalmente em hidratos de carbono, e que pela sua monotonia se torna difícil de tragar.

O único médico da cadeia é um velho de 80 anos e de uma ignorância inacreditável, a somar a uma total indiferença pela saúde dos presos. Regra geral não observa os doentes (o que de nada serviria também), limita-se a ouvir os e a recetar os medicamentos que estes lhes pedem ou que o enfermeiro indica. As consultas são apenas duas vezes por semana, à 3.ª e 6.ª. O médico nunca é substituído por outro quando falta, mesmo quando faz férias de Natal e no verão. Em casos de urgência é o enfermeiro que presta assistência médica aos doentes pois o médico fora do horário das consultas, não se desloca à cadeia para ver um doente, e nos raros casos em que o faz, só depois de horas de protestos veementes. Os presos é que se conseguem a presença do médico.

Teóricamente vem uma vez por semana à Cadeia um dentista, mas na verdade só teóricamente, pois a prática passam 2, 3 e mais semanas (e já uma vez se passaram 3 meses) sem que o dentista apareça. Os tratamentos eternizam-se (há presos que andam a tratar o mesmo

## Mensagem

(Conclusão da 5.ª pag.)

versário alarga incontestavelmente o seu papel, no que diz respeito ao seu conteúdo e à sua significação,

Nós, jovens portugueses, apreciamos tanto mais o valor desta palavra de ordem quanto nós nascemos, crescemos e suportamos os malefícios de uma educação, fruto de condições bem favoráveis a tudo o que pode fazer nascer o ódio.

O ódio existe nas condições de vida miserável impostas pelo govern. no fascista ao povo português no facto que este mesmo governo faz uma guerra contra as heroicas populações das colónias portuguesas; a perseguição à Universidade e a todas as formas de vida cultural, por meio de uma feroz censura e de uma repressão sem nome.

É pela força e os abusos do poder que o governo português se mantém. Ele possui os meios para uma brutal repressão: milhares de jovens são presos (alguns são mesmo condenados à prisão perpétua); torturados (até à loucura, por vezes), outros metidos numa guerra que

eles odeiam, travando contra ela uma luta de todos os dias pela desercção, a sabotagem, os comunicados da imprensa sustentando os movimentos de libertação nacional e os seus irmãos africanos, cuja causa lhes é comum; o fim do fascismo e do colonialismo português; estudantes são expulsos das centenas das universidades (no mês de outubro, 208).

Se estes factos demonstram o carácter fascista e colonialista do governo português provam também eloquentemente que a juventude portuguesa, mesmo educada na ideologia hitleriana não deixa de lutar quotidianamente contra a escravização da sua pátria e contra este governo anacrónico e que ela se sente parte integrante da juventude democrática mundial cuja solidariedade activa lhe é mais do que nunca necessária.

A juventude democrática portuguesa reafirma que ela não falhará jamais à sua missão, que é a de lutar, ao lado de todos os jovens democratas para que a Solidariedade e a amizade tenham um sentido e na perspectiva de um mundo em que estas palavras serão uma realidade.

Viva a amizade entre a juventude! Dente há 3 anos e meio) o que faz com que os presos acabem por desistir dos tratamentos, que aliás são pagos pelos presos.

(Cont. no prox. número)

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.:

43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva

— Rua Real da Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua

João Pessoa, 67.

LONDRINA: Julio Duarte —

Edifício Centro Comercial —

Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores

26 — Rio Grande do Sul.

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312

- Pelotas - R. Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese

And Colonial Bulletin — 10

Fentiman Road, London,

S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Siqueira

Rue Jolly, 77 Schaerbeek —

Bruxelles 3

HOLANDA:

ANGOLA COMITE — Vin-

kenstraat 15 — Amsterdan - C.

CANADÁ: Portuguese Cana-

dian Democratic Association

10 — Eden Place Toronto 2B

— Ontário

A. dos Santos

7564 d'Outremont Ave. Apt.1

Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patrió-

tica Portuguesa — Apartado

8287 — Caracas.

URUGUAI: Junta Patriótica

Portuguesa del Uruguay Ca-

silla de Correo, n.º 2.128,

Distrito 5 — Montevideo.

CHECOSLOVÁQUIA: João

Ribeiro — Postovní Urada —

— Praha.

FRANÇA: Grupo de Amigos

de "Portugal Democratico"

29, rue St. André des Arts,

Paris — 6.ºme.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191

— Sala 2 — Tel.: 37-0933 —

São Paulo.

Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas

sábados: das 15 às 19 horas.

Número avulso: Cr\$ 50

Assinatura anual Cr\$ 1.500

Ano X - Nº 102 - Janeiro-66

Os artigos assinados traduzem

apenas a opinião de seus auto-

res, sendo por conseguinte de

sua exclusiva responsabilidade.

# Lutas Populares

Lisboa (Do correspondente) — Como temos salientado nas corras, pondência enviada para "Portugal Democrático" o ano que vai findar tem-se caracterizado pelas numerosas lutas de carácter económico que os valentes trabalhadores portugueses têm sustentado contra o patronato, vale dizer contra o fascismo, seu representante e expressão política.

Nas fábricas, nas oficinas nos campos nas docas, nos escritórios nos sindicatos e nas Assembléias de zonas de milhares de trabalhadores têm reivindicado, e em muitos casos obtido melhores salários e condições de trabalho. Mesmo quando a ilegalidade fascista e a máquina repressiva do regime desencadeiam o terror contra os trabalhadores, como sucedeu em quase todas as lutas sustentadas pelos trabalhadores e que este ano tiveram como ponto mais alto a greve de Pedro Pinheiro — que se prolongou de 19 de Maio a 1 de Junho e que foi continuada por outras formas de luta, apesar da brutal repressão — os trabalhadores portugueses prosseguem na luta e colhem os seus frutos.

Desde os mais importantes setores industriais, como a CUF, até aos pequenos "ranchos" de trabalhadores agrícolas e setores intelectuais, homens, mulheres e jovens têm-se unido e organizado para enfrentar a exploração e tirania fascistas. E quando a sua unidade é firme e baseada na organização, sempre alcançam a vitória.

## Lutas Vitoriosas

Entre as últimas e numerosas lutas em que os trabalhadores, mercê da sua unidade e organização têm conquistado melhores salários, conia-se a dos tiradores de cortiça da região de GRANDOLA que conseguiram um aumento de 5500 por dia. Também os operários agrícolas da região de BEJA, durante a debulha, exigiram e conquistaram 50500 de salário para os homens.

Em TORRES NOVAS e após prolongada luta, os operários da CASANERY conseguiram aumento geral de salários da ordem de 8500 diários.

Os operários da LISNAVE tanto os que trabalham em Lisboa como os que trabalham na Margueira (Cova da Piedade) viram agora coroados de êxito os seus esforços, conquistando aumento de salários de 85 a 10500.

Em Almada na PARRY & SON em resultado da persistência e firmeza, os operários desta empresa conquistaram um aumento geral de 10500 diários com efeito a partir de 1 de agosto.

Os valentes salteiros de ALCO, CHETE, continuando as suas tradições de luta, acabam de obter uma vitória parcial conquistando um aumento de 4500. Este aumento não satisfaz a categoria que prossegue na luta por maior aumento.

Finalmente, e como exemplo de lutas vitoriosas em que a unidade e organização têm sido os trunfos da vitória, anotamos os aumentos de 2500 e 3500 conquistados por pequenos grupos de serventes da construção civil de CASCAIS.

## Triunfo dos Jornalistas

Outro exemplo de combatividade e de aliança correcta da luta na Empresa e no Sindicato, foi dado pelos JORNALISTAS, que, após um ano sobre a apresentação do pedido de revogação do contrato colectivo de Trabalho acabam de alcançar aumento de salário.

Tal como já se tinha verificado em relação aos portuários e outras categorias que denunciaram os contratos coletivos, as autoridades fascistas receosas da combatividade dos jornalistas e temerosas que a greve fosse deflagrada, resolveram dar imediata execução ao aumento salarial.

Esta importante vitória não arrefoeceu o ânimo dos trabalhadores da imprensa que continuam a lutar pela completa revisão do contrato coletivo.

## Na CUF a luta continua

A prova de que as vitórias parciais são um forte estímulo à luta está no movimento reivindicativo sustentado há anos pelos operários da CUF.

Organizados, com as suas próprias comissões ou usando os instrumentos que demagógicamente o patronato criou para os dividir, os trabalhadores da CUF, continuam a exigir aumento geral de salário e a reclamar

contra a discriminação nas promoções. Recentemente uma Comissão constituída por 6 operários do Setor Têxtil deslocou-se a Lisboa para junto da Administração apresentar aquelas reclamações e manifestar a desconfiança dos trabalhadores em relação à Comissão de Recursos nomeada pela Administração.

## Camponeses Contra Monopólios

Os proprietários da região de Ribadouro onde está sendo construída a Barragem do Carrapatelo, têm-se oposto vigorosamente a expropriação de suas terras pelos preços ridículos, oferecidos pela empresa exploradora da Barragem.

Mandando fazer avaliações das suas terras por engenheiros agrônomos e recorrendo aos tribunais os camponeses de Carrapatelo têm obstado à espoliação.

Entretanto, reina a maior indignação entre os lavradores que dia a dia reconhecem o enfeudamento dos tribunais e autoridades aos monopólistas, e não vêem outra solução para a defesa das suas terras senão a de lutar com firmeza contra os espoliadores.

## Pequenas Notícias

● O XXXIII Congresso Internacional do PEN Clube, celebrado em Bled (Eslovénia), de 2 a 7 de julho deste ano, aprovou por unanimidade na sessão de encerramento uma proposta, redigida por uma sub-comissão composta de Stephen Spender, inglês, Claude Aveline, francês, Jean Camp, francês e J. M. Batista i Roca, catalão, protestando contra o procedimento inqualificável do governo de Salazar dissolvendo a associação dos escritores portugueses simplesmente por ter exercido o seu direito de premiar uma obra literária.

● Pela Presidência do Conselho (Gabinete do Ministro da Defesa Nacional) foi publicado um decreto que autoriza o Conselho Administrativo do Secretário Geral da Defesa Nacional a gastar cerca de 40 mil contos portugueses para construção de um cais e instalações anexas, apenas para fins militares, na região de Setúbal. Com esta importância teria sido possível construir e apetrechar os portos de pesca de que a nossa costa está urgentemente necessitada, do Algarve ao Minho, e cuja falta provoca todos os anos a morte de dezenas de pescadores.

● A Imprensa amordaçada do nosso país, e as Vozes do Dono d'aquém e d'além mar que tanto tinham atacado o Sumo Pontífice por ocasião da sua viagem à Índia, na qual viram um ato de hostilidade para com o governo de Salazar, embandeiraram agora em arco porque foi anunciado que Sua Santidade visitará Fátima em 1967 e querem fazer acreditar que isso corresponde uma aprovação pelo Vaticano da política do Estado Novo. Esses jornais esquecem-se porém de anunciar o que a imprensa livre de todo o mundo já noticiou: antes disso Sua Santidade visitará a Polónia e provavelmente a União Soviética. Como conciliar estas deslocações do Papa com a interpretação que pretendem dar à sua viagem a Fátima?

● Quatro cidadãos que voltavam de Matosinhos para o Porto anunciaram ter visto um disco voador sobrevoando Portugal. Segundo fontes bem informadas, o governo de Salazar, cujo Embaixador Vasco Garin já uma vez tentou alertar a Assembleia Geral da ONU contra uma possível invasão da Terra pelos marcianos, teria mobilizado os Serviços Secretos das Forças Armadas, pois os discos voadores, que "apresentavam uma tonalidade vermelha muito intensa", podem ter sido enviados contra Portugal pelas "potências marxistas africanas".

● O intercâmbio luso-germânico é cada vez mais intenso: cem jornalistas alemães estiveram em visita aos Algarves, com todas as despesas pagas pelo governo português. Em troca, a Municipalidade de Hamburgo importou de Portu-

# A Morte de Azevedo Gomes

Faleceu, aos 73 anos de idade, em consequência de ferimentos recebidos em desastre de automóvel em Beja, o Professor Mário de Azevedo Gomes. Nascido em 22 de Dezembro de 1885 em Angra do Heroísmo, Mário de Azevedo Gomes estava destinado a acompanhar e a participar largamente na vida portuguesa da primeira metade do nosso século.

Tendo frequentado o Instituto Superior de Agronomia e Veterinária, leva a cabo um curso brilhante e entra no seu corpo docente como Preparador em 18 de Janeiro de 1908. Entre 12 de Novembro de 1909 e 12 de Abril de 1914 é ainda Professor da Escola Nacional de Agricultura em Coimbra. A partir de 7 de Março de 1914 é Professor do Instituto Superior de Agronomia, na regência do Curso de Biologia Geral. E em 10 de Fevereiro de 1915 é nomeado Professor Catedrático de Silvicultura deste mesmo Instituto.

Deixa publicados cerca de meia centena de trabalhos científicos. Colaborou assiduamente em jornais e revistas da sua especialidade. E teve participação de destaque em vários Congressos Científicos no estrangeiro, nomeadamente em Espanha, Itália, Estados Unidos da América do Norte.

Foi Presidente da Sociedade de Ciências Agronómicas, e era sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e da Sociedade Broteriana.

Fez parte do Conselho do Ensino Agrícola, foi chefe de repartição de Instrução Agrícola no Ministério da Instrução Pública, foi vogal do Conselho Técnico Florestal da então Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas, foi vogal do Conselho Técnico de Meteorologia e delegado de Portugal na Comissão Meteorológica Internacional, e ainda vogal do Conselho Técnico Aduaneiro. Fez parte da comissão encarregada de elaborar o projecto de arborização da serra de Monsanto.

Participou na direcção da revista "Seara Nova", pouco depois da sua fundação em 1921, na companhia de Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, João Sarmiento Pimentel, Sarmiento Beires, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Francisco Antonio Correia, Raul Brandão, Raul Proença, José de Azeredo Perdigão, e Câmara Reis.

Foi Ministro da Agricultura em 1923 no Gabinete de Alvaro de Castro, mas tal como Antonio Sergio no Ministério da Educação Nacional, ali não permanece mais do que dois meses.

Tal como os seus companheiros da "Seara Nova" aparece nas fileiras da Oposição ao Golpe de 28 de Maio de 1926 logo desde o início da instauração da Ditadura Militar.

E' na sua qualidade de oposicionista resoluto que vem a ser demitido pelo Governo de Salazar, em 1947, das suas funções de Professor da Universidade de Lisboa, juntamente com o saudoso Professor Bento de Jesus Caraça.

Desde 1945 que participa destacadamente de todos os grandes movimentos legais para o derrubamento da ditadura fascista de Salazar. Em 1949 é Presidente da Comissão da Candidatura à Presidência da República de General Norton de Matos. Em 1958 é elemento destacado da Comissão Central que anulou e dirigiu a candidatura à Presidência da República do General Humberto Delgado. Foi um dos colaboradores e o primeiro signatário do "Programa para a Democratização da República", publicado em 1961. Nos últimos tempos da sua vida foi um dos mais destacados organizadores da Acção Democrático-Social tendo pertencido desde o início ao Directorio deste movimento anti-salazarista, na companhia do Almirante Mendes Cabeçadas, Engenheiro Cunha Leal, Coronel Helder Ribeiro.

Em consequência da sua persistente e destacada actividade política anti-fascista, o Professor Mário de Azevedo Gomes conheceu por várias vezes as prisões salazaristas, tendo sido preso pela última vez, juntamente com Jaime Cortesão, António Sérgio, e o Professor Vieira de Almeida, a quando da projectada visita a Portugal do dirigente trabalhista inglês Bevan.

O último acto público em que participou e presidiu foi a conferência de imprensa no início do passado mês de Outubro em Lisboa, destinada a dar a conhecer à imprensa nacional e estrangeira o Manifesto da Oposição Democrática que documentava o pensamento e a atitude dos candidatos a deputados anti-salazaristas na última farsa eleitoral.

PORTUGAL DEMOCRATICO, órgão unitário e ao serviço da unidade de todas as forças anti-fascistas e anti-salazaristas, rende esta última homenagem a Mário de Azevedo Gomes, ao homem de ciência, ao Professor, e ao persistente e destacado militante que com-

## NOVO ACIDENTE FERROVIARIO

Logo após o desastre do Sud-Express nas imediações de Salamanca, novo acidente desta vez em Portugal. Próximo de Sintra um expresso entra em colisão com um comboio de mercadorias. O resultado do trágico acidente é-nos dado por 22 mortos e mais de 100 passageiros gravemente feridos. — Haverá quem pense no "azar", na "má-vina" na "pouca-sorte"... Haverá quem diga que acidentes desta natureza não acontecem só em Portugal. Será verdade. Mas também é verdade que o actual Governo português descarta este e outros sectores da estrutura do País em benefício da guerra colonial. Ou não gasta ele com a guerra colonial mais de 2.000 contos por dia?



bateu firme e dignamente ao longo de quase 40 anos a ditadura fascista de Salazar.

## ULTIMA HORA

### 96 militares desertam

Lisboa (do correspondente) — No começo de Outubro seguiram para Moçambique e Angola mais 11 batalhões, totalizando cerca de... 5.500 militares. Soube-se agora que faltaram ao embarque 96 militares que desertaram. Entre os desertores contam-se 32 soldados, 1 alferes, 2 aspirantes e 1 sargento-miliciano.

Todas estas deserções foram comunicadas às forças repressivas, através de circulares confidenciais, onde se indicam os nomes dos desertores, regimento, naturalidade e demais elementos de identificação, a fim de as mesmas procederem a sua prisão.

Atualmente há mais de 400 desertores detidos nas respectivas unidades do Governo Militar de Lisboa, aguardando julgamento. A prisão militar da TRAFARIA encontra-se repleta com cerca de 150 militares cumprindo penas.

Anesar do terror instalado nos quartéis — de que é exemplo a nota confidencial do General Comandante da arma de Artilharia, dirigida aos oficiais daquela arma, em Lisboa, em que os responsáveis pelo acontecimento de quaisquer fatos relacionados com a prona-

manda feita pela Rádio Portugal Livre — cresce o número de militares patriotas que se recusam a participar nas guerras de envenenamento contra os povos das colónias portuguesas.

## MORTOS DOIS AGENTES DA PIDE?

Segundo notícia da UPI publicada pelos jornais brasileiros em 24 de Dezembro o p., dois agentes secretos da PIDE teriam sido mortos. Tratar-se-ia dos "informadores" Mário Jesus da Silva, 32 anos de idade, sapateiro desempregado, cujo cadáver foi encontrado a 26 de Novembro, em um monte próximo de Sintra e José da Silva Varela, de 46 anos de idade, arrumador de cinema cujo corpo foi encontrado em 16 de Dezembro, nas proximidades de Castanheira do Ribatejo.

Os dois "informadores" ter-se-iam infiltrado e insinuado como partidários do grupo FAP (Frente de Acção Popular) cujos dirigentes, refugiados em Paris, estão sendo indicados pela PIDE como autores destes atentados.

PORTUGAL DEMOCRATICO  
R. Com. Partido, 191 - Sp. Brasil  
Endereços de Assinantes